

ANÁLISE DESCRITIVA DOS ANTROPÓNIMOS DA LÍNGUA KIKONGO

Bento Miguel Vete Dodão

**MESTRADO EM TERMINOLOGIA E GESTÃO
DA INFORMAÇÃO DE ESPECIALIDADE**

Orientadora:

Professora Doutora Maria Teresa Rijo da Fonseca Lino

Lisboa 2017

ANÁLISE DESCRITIVA DOS ANTROPÓNIMOS DA LÍNGUA KIKONGO

Bento Miguel Vete Dodão

**MESTRADO EM TERMINOLOGIA E GESTÃO
DA INFORMAÇÃO DE ESPECIALIDADE**

Orientadora:

Professora Doutora Maria Teresa Rijo da Fonseca Lino

Lisboa, 2017

Dissertação apresentada para cumprimento dos requisitos necessários à obtenção do grau de Mestre em Terminologia e Gestão da Informação de Especialidade, realizada sob a orientação científica da Professora Doutora Maria Teresa Rijo da Fonseca Lino.

Declaro que esta Dissertação é o resultado da minha investigação pessoal e independente. O seu conteúdo é original e todas as fontes consultadas estão devidamente mencionadas no texto, nas notas e na bibliografia.

O candidato,

Bento Miguel Vete Osalão

Lisboa, *31* de *Maior* de *2017*.

Declaro que esta Dissertação se encontra em condições de ser apreciado pelo júri a designar.

O(A) orientador(a),

Maria Teresa Rijo da Fonseca Lemos

Lisboa, *31* de *Maior* de *2017*.

A todos os que dedicaram o seu tempo a encorajar-me para que esta dissertação se tornasse uma realidade. Em especial a Deus, à Família, ao meu Helbenato e à minha Massamba.

AGRADECIMENTOS

Meu Deus, meu Senhor! Na vida, nada me surpreende mais do que um gesto de agradecimento merecido! Espero que o Senhor Deus me conceda a graça, a bondade a oportunidade de ser bom, ser amigo verdadeiro, ter compreensão, saber agradecer a quem me ajuda a sonhar e a realizar desejos!

Agradeço à minha orientadora, Professora Doutora Maria Teresa Rijo da Fonseca Lino, cujas qualidades e o rigor de boa mestre são indeléveis.

Agradeço, de igual modo, ao corpo docente do Mestrado de Terminologia e Gestão da Informação de Especialidade, ao corpo directivo da FCSH-UNL, aos docentes convidados para as conferências.

À Comissão Multisectorial para o Acordo Ortográfico de 1990, coordenada pela Dra. Paula Henriques, que com simples palavras, parece-nos insuficiente para se mensurar a sua delicadeza, conselhos e apoio.

Agradeço, de modo particular, aos meus pais, Pascoal Dodão e Lucombo Maria Vete, os meus irmãos, irmãs e amigos, especialmente o Rica, o Chandinho, o “Gilson” e Andrade que souberam compreender a responsabilidade e tiveram a paciência e a dedicação nas tarefas que não pude fazer durante a minha ausência.

À minha consorte, Igraça Massamba, que, incansavelmente, tem demonstrado que um homem precisa de uma companheira como tu, que não passaste um quarto do dia sem desejar-me “bom dia”, “boa noite” e um “passa bem”.

Ao Professor Doutor Manuel Quivuna e ao Dr. Jacques Tomás, que só sendo homens de Deus poderão fazer tudo o que têm feito por mim.

Aos colegas da formação e todos os que contribuíram para o êxito deste trabalho vão os meus profundos e eternos agradecimentos.

RESUMO

A análise descritiva dos antropónimos da Língua Kikongo deve-se à necessidade de conhecer a significação dos nomes que reflectem concepções e interpretações da cultura local. Este trabalho dá um contributo a um país, como Angola, país multilingue e multicultural que, no entanto, possui uma identidade cultural nacional.

No norte de Angola vive-se uma realidade cultural pertencente à etnia Bakongo. O estudo realizado na Província do Uíge tem por objectivo, em primeira instância, a observação dos nomes encontrados na Conservatória dos Registos da Comarca do Uíge. Em segundo lugar, tem como objectivo estabelecer uma ortografia harmoniosa, identificar metodologias que possam concretizar o estudo dos antropónimos, propor estratégias de uso de ortografia harmoniosa e esclarecer a importância do investimento na escrita.

A língua é muito mais do que uma colecção de palavras; a língua Kikongo tem sido um valioso repositório da riqueza cultural da tradição histórica, dos laços sociais e das formas de autorrealização dos indivíduos pertencentes a esta cultura. Este princípio permitiu a análise de aspectos relativos a caracterização sociocultural da Província, a fundamentação antroponímica, a descrição dos nomes e a sua interferência nos contactos socioculturais, e situacionais.

Acredita-se que este trabalho e as descrições apresentadas contribuirão para a aceitação e a valorização dos antropónimos nas línguas angolanas de origem africana e, sobretudo, possam solidificar a identidade do povo Bakongo conhecida e reconhecida pela sua cultura.

Palavras-chave: Antroponímia, Lexicologia, Língua Kikongo.

ABSTRACT

The descriptive analysis of the anthroponyms of the Kikongo Language is due to the need to ascertain the situation that occurs in the names that involve conceptions and interpretations of the local culture. This makes Angola a multilingual and multicultural country for the constitution of the national cultural identity.

In the north of Angola is lived a cultural reality belonging to Bakongo ethnicity. The study carried out in the Uíge province is due, in the first instance, to the observation of the names found in the Conservatory of Records of the Comarca of Uíge. With the aim of establishing a harmonious spelling, identification of methodologies that can concretize the study of anthroponyms, propose strategies to use harmonious spelling and clarify the importance of harmonious investment in writing.

The Kikongo language has been a valuable repository of the cultural wealth of the historical tradition, the social ties and the forms of self-realization of the individuals belonging to culture. From this principle, it allowed the analysis of aspects related to the sociocultural characterization of the province, the anthroponymy foundation, the description of the names and their interference in the sociocultural and situational contacts.

It is believed that this work and the present descriptions will contribute to the acceptance and appreciation of the names in the Angolan languages of African origin and, above all, to fortify the identity of the Bakongo people who are known and recognized for their endemic culture in any point of the world.

Key words: Anthroponymy, Lexicology, Kikongo Language.

«Tudo é aproveitado para nomes» Carreira
e Quintino (1964: 17-18)

Índice

AGRADECIMENTOS.....	vi
RESUMO	vii
ABSTRACT	viii
0. INTRODUÇÃO	1
CAPITULO I	4
CARACTERIZAÇÃO SOCIOCULTURAL DA PROVÍNCIA DO UÍGE	4
1.1. GEOLINGUÍSTICA DA PROVÍNCIA DO UÍGE	4
1.1.1. ORIGEM E VARIAÇÃO GRÁFICA DO TOPÓNIMO UÍGE	6
1.2. A LÍNGUA COMO VEÍCULO DA CULTURA DE UM POVO	8
1.3. ETNOLINGUÍSTICA DE ANGOLA	10
1.3.1. LÍNGUAS NACIONAIS EM CONTACTO COM O PORTUGUÊS	11
1.4. LÍNGUA KIKONGO	14
1.4.1. O KIKONGO EM CONTACTO COM OUTRAS LÍNGUAS NACIONAIS	16
1.5. ALFABETO DA LÍNGUA KIKONGO	17
1.6. SISTEMA FONOLÓGICO DO KIKONGO	18
1.7. ALGUMAS CARACTERÍSTICAS FONOMORFOLÓGICAS DO KIKONGO	22
CAPÍTULO II.....	24
FUNDAMENTOS TEÓRICOS	24
2.1. CONCEITO DE ANTROPONÍMIA	24
2.2. SITUAÇÃO SOCIOCULTURAL DOS ANTROPÓNIMOS.....	26
2.2.1. A SITUAÇÃO ANTROPONÍMICA NA PROVÍNCIA DO UÍGE	27
2.3. ANTROPONÍMIA COMO RAMO DA ONOMÁSTICA	30
2.4. ANTROPONÍMIA E TOPONÍMIA.....	33
2.5. ANTROPONÍMIA E LEXICOLOGIA.....	35
2.6. ANTROPONÍMIA E SOCIOLOGIA	36
CAPITULO III	39
METODOLOGIA DE RECOLHA DE DADOS	39
3.1. CONSTITUIÇÃO DO <i>CORPUS</i> : COR-NOME.....	39
3.2. O NOME E SUA UTILIDADE SOCIAL.....	40
3.3. O NOME NA CULTURA BAKONGO	43
3.3.1.1 A COMPOSIÇÃO DO NOME COMPLETO NA PROVÍNCIA UÍGE	48
3.3.3. A RELAÇÃO DO NOME PRÓPRIO E APELIDO	51
3.4. OS NOMES NA CONSERVATÓRIA DO REGISTO DO UIGE	54

4. CONCLUSÕES E CONSIDERAÇÕES FINAIS	60
5. BIBLIOGRAFIA	63
5.1. GERAL.....	63
5.2. GRAMÁTICAS E DICIONÁRIOS	69
5.3. DOCUMENTOS.....	70

0. INTRODUÇÃO

Cada povo identifica-se com os seus usos e costumes, nas diversas áreas da vida social. A actual situação sociocultural e político-administrativa faz de Angola um país independente, mas de múltiplas culturas.

A língua faz parte da identidade principal de um povo, razão pela qual Carreira e Quintino (1969:20) afirmam que «não é possível a existência de uma língua sem nomes designativos de seres, de coisas – animados ou inanimados, abstractos ou concretos». A perda de nomes antroponímicos poderá contribuir para a perda das referidas línguas locais.

A estadia do colonizador português, no território nacional angolano, influenciou a formação de vários antropónimos. Este factor não contribuiu somente para o enriquecimento e divulgação dos mesmos, mas também para a sua desvalorização e perturbação, principalmente no que concerne a fonética e a grafia. Hoje em dia, encontramos um mesmo antropónimo com duas ou mais grafias diferentes e, por sua vez, pronúncias diferentes, dando origem a variantes na referida língua.

Nesta análise, pretendemos estudar os antropónimos da língua Kikongo, numa vertente linguística e sociocultural; incidiremos a análise mais concretamente na Província do Uíge, como uma forma de compreender o património da “língua” falada e escrita.

Embora a história pré-colonial tenha sido cuidadosamente pesquisada e preservada, na verdade, ainda carece de informação no que diz respeito a estudos minuciosos sobre os antropónimos angolanos antes e depois da independência.

A falta de documentos escritos e de estudos sobre as línguas nacionais angolanas contribuiu até à data actual para um insucesso da política de resgate da identidade cultural que passará pela valorização das línguas nacionais e pela implementação das mesmas no sistema escolar.

Através dos antropónimos, segundo Carreira e Quintino, (1969: 28), é possível tomar conhecimento de muitos aspectos interessantes da sua vida de um povo: tendências, vícios, defeitos, credos, superstições, um mundo de problemas ligados à maneira de ser e de viver desse mesmo povo, numa visão sociocultural.

O contacto entre as línguas nacionais e a Língua Portuguesa criou nos povos de Angola um conjunto de novos procedimentos, que fizeram com que, hoje, não se perceba a origem de alguns antropónimos, isto é, se são de origem de uma língua nacional ou se provêm da Língua Portuguesa; se um determinado significado tem origem nesta ou naquela língua; se determinada grafia pertence à língua nacional ou ao português; se uma dada pronúncia é ou não correcta; se é ou não uma pronúncia de outra língua.

Estes problemas não só prejudicam as línguas nacionais, mas também dificultam o processo de organização do Acordo Ortográfico da Língua Portuguesa, que o país pretende implementar, contribuindo também para a identidade cultural de um povo.

Em virtude do carácter social e da necessidade de valorização do património cultural, urge a necessidade de efectuar uma análise e recolha indispensável de dados relacionados com a antroponímia nacional, dados que se referem ao passado histórico e cultural do homem angolano.

A reconstrução de uma sociedade passa por vários aspectos e modelos sólidos para a sua identidade nacional e internacional.

A escolha do tema visa a análise dos antropónimos, unidades lexicais, que constituem um acervo de unidades lexicais da língua, partilhado pela comunidade de locutores.

Com este estudo pretendemos estabelecer uma ortografia harmoniosa dos antropónimos de acordo com a Língua de origem e a realidade contextual em que são utilizados; identificaram-se métodos que ajudam a elaboração de programas para o estudo da Antroponímia; propuseram-se algumas estratégias que podem ajudar os pais e os Serviços dos Registos a atribuírem nomes, obedecendo a uma ortografia harmoniosa.

E, finalmente, demonstrou-se a importância do investimento harmonioso da escrita dos antropónimos e os riscos que a não harmonização pode causar.

Lembramos que a complexidade, a extensão do assunto escolhido e a dimensão geográfica da região Kongo, que se estende pelo Norte de Angola e pelos dois Congos (Democrático e Brazzaville), não nos permitiu desenvolver um trabalho mais completo sobre o tema, tendo em conta a dimensão do referido território. Neste sentido, acabamos por apresentar apenas um subsídio para o estudo dos antropónimos da língua Kikongo, na Província do Uíge.

Esta investigação é um estudo descritivo. Os dados foram recolhidos em diferentes áreas da Província, nomeadamente na Conservatória dos Registos do Uíge, nas Direcções Provinciais, Administrações, Cartórios religiosos, entidades tradicionais, pessoas singulares, etc.

CAPITULO I

CARACTERIZAÇÃO SOCIOCULTURAL DA PROVÍNCIA DO UÍGE

1.1. GEOLINGUÍSTICA DA PROVÍNCIA DO UÍGE

Antes da chegada dos portugueses à foz do rio Zaire em 1482, o Reino Kongo encontrava-se organizado administrativamente, com uma entidade cívico-cultural africana. Administrativamente, o Reino do Kongo estava dividido em seis províncias: Mpemba, Soyo: Mbamba, Mbata, Nsundi, Mpanzu. A actual Província do Uíge fazia parte da organização administrativa do Nsundi (cf. Kanda, 2005).

Angola é um mosaico de vários reinos, mas o único a que a História Universal faz referência é o Reino do Kongo.

Zau (2009) refere-se aos Bakongo como um povo que tem tido uma preocupação no cumprimento da sua cultura ancestral, o que o identifica como um povo genuinamente bantu. Tudo isto deveu-se ao espírito de organização administrativa que os nossos antepassados possuíam.

Não se sabe a data exacta da fundação da cidade do Uíge. Sabe-se, porém, que foi enviado o alferes Tomás do Bembe ao Candombe Velho, ao local onde se encontrava o Soba Bunzu, a quem entregou a mensagem enviada pelo Comandante, cujo teor referia a autonomia da cidade de Carmona, actual cidade do Uíge.

O governo central de Luanda promoveu Uíge a cidade, em 1917 (cf. *Diário do Governo um Decreto-Lei de 1 de julho de 1917*).

A Província do Uíge é uma das dezoito Províncias de Angola, parcela do território que fazia parte do Reino do Congo.

O primeiro contacto do povo do Congo com os europeus (portugueses) aconteceu a 23 de Abril de 1482 quando Diogo Cão chegou à foz do rio Nzadi (Zaire) que baptizou com o nome de “*rio de S. Jorge*”. Os habitantes deste reino chamavam-se Bakongo, nome que prevalece até à data actual. Os Bakongo pertencem à grande família bantu que habita a cintura da Savana do Sub-Sahara; hoje, encontram-se espalhados em vários pontos de África.

Diogo Cão estabeleceu contactos com o governador da província de Soyo (Mani Soyo) e soube da existência do rei Nzinga-a-Nkuvu que morava em Mbanza Kongo, mandou emissários ao rei e regressou a Portugal, levando consigo 4 indígenas do Congo entre eles o Kasuta (baptizado em 1483 com o nome de D. João de Sousa) (cf. Bauer, 1994:51).

Mais tarde, grandes migrações vieram instalar-se na bacia hidrográfica do Rio Zaire e dos seus afluentes. Por terem encontrado boas condições de vida, esta corrente migratória instalou-se nesta zona: é o chamado grande grupo ou família dos Bakongo (cf. Mudiambo, 2014:50).

Os Bakongo de Angola identificam-se pelas suas características culturais típicas, a sua facilidade de adaptação, as suas experiências de arte e de técnica, a agricultura e o comércio; por isso, o *Mukongo* (singular de *Bakongo*) é reconhecido em qualquer parte do país.

Mudiambo (2014:50) afirma que «Numa viagem por todo o país, encontramos representantes deste povo, os Bakongo, em todas as províncias do país». Cada grupo etnolinguístico confina-se, geralmente, de acordo com a sua origem, a uma determinada “região geográfica” que J. Quipungo (1987:53) define como uma parcela de terra circunscrita pelas pessoas que nela habitam e se autorrealizam. Sua repercussão dentro do país deve-se, especialmente, à personalidade deste povo que dá a conhecer o que a região possui em termos de qualidade de terreno, a riqueza da sua fauna e flora, riquezas minerais e todas as suas características climáticas e pluviais.

Os estudos de vários sociolinguistas, historiadores, antropólogos e outros interessados na matéria atribuem várias classificações sobre a localização dos Bakongo. Segundo autores como Fernandes (2002) e Zau (2009), entre outros, podemos encontrar esse grupo em Cabinda até à margem esquerda do rio Kongo, numa região entre o mar e o rio Cuanza.

Os Bakongo contam hoje com um grupo com cerca de 480.000 habitantes, ocupando a terceira posição entre os maiores grupos etnolinguísticos do país. Este grupo subdivide-se em Basikongo, Bandongo, Pombo, Nsoso, Suku, Yaka, Zombo, Hungu, Bayombe e Woyo. A sua actividade principal é a agricultura com uma tendência actual para a mecanização.

O Uíge é uma das dezoito (18) Províncias da República de Angola, situada a Norte do país. A referida Província faz parte das maiores Províncias de Angola com superfície territorial de 64.022 km², estendendo-se entre os 550 e 820 de latitude sul e os meridianos 1450 e 1710 de longitude Este de Greenwich.

A Província é limitada ao norte e Nordeste pela República Democrática do Congo, a Oeste com a província do Zaire, a sudoeste com o Bengo, a Sul com o Cuanza Norte; a Sudeste com Malange que, segundo os resultados preliminares do *Censo 2014*, indicam que a 16 de Maio de 2014 residiam, na Província do Uíge, 1.426.354 pessoas, sendo 698.958 do sexo masculino e 727.398 do sexo feminino (cf. INE. 2016).

1.1.1. ORIGEM E VARIAÇÃO GRÁFICA DO TOPÓNIMO UÍGE

O topónimo “*Carmona*” designou a actual Província do Uíge e a sua capital que tem, hoje, o nome de Uíge. Ao longo do tempo, a sua grafia tem suscitado motivos de investigação. Os católicos escrevem com J “Uíje” (cf. Kanda, 2005, Mudiambo, 2014 e Mourisca, 2002). Administrativamente, o topónimo é escrito com G “Uíge”.

Manuel Quivuna, investigador em Sociolinguística e Lexicologia sugere uma outra forma ortográfica para escrever o topónimo Uíge. Segundo o autor, a grafia correcta do topónimo “**Uíge**” deveria ser com W e Z “Wizi” segundo a língua

“Kikongo”. O autor justifica que o grafema /g/ não fazem parte do sistema grafemático do Kikongo, pois o alfabeto desta língua não tem /g/.

O PDPU¹ de 2013 a 2014, traçado pelo governo Provincial do Uíge, esclarece que o nome da Província deriva da localidade do Uíge, onde foi fundado um posto militar pelos portugueses, em 1917, que viria a ser a sede da circunscrição de Bembe a partir de 1923 e posteriormente sede do concelho do mesmo nome. Há ainda explicações para o nome: “wizidi” que, na língua Kikongo, significa “chegada”, em alusão aos primeiros portugueses que se fixaram na região, até ao rio Uíge.

O PDPU (2012:6) afirma que «A grafia de Uíge aparece frequentemente como Uíje. Torna-se necessário tomar uma decisão oficial como aconteceu em Malange, onde, por orientação do Governo da Província se aboliu oficialmente a grafia com um /j/. O mesmo deve ser feito para Negage (Negaje), Dange (Danje) e outros casos».

Uma importante data de referência na Província do Uíge foi 1934. Nesta data, foi criada a vila que mais tarde recebe a designação do nome do português Marechal Carmona. Assim, o actual Uíge ficou conhecido como Vila do Marechal Carmona.

Ao longo deste período, a vila foi considerada a capital da província do Congo, criada em 4 de 07 de 1946. Anos depois, em 1956, é elevada à categoria de cidade. Depois dos acontecimentos de 1961, o distrito do Congo foi dividido em dois: Zaire e Uíge, tornando-se a cidade do Uíge a capital da mesma Província. A independência fez com que o distrito passasse a designar-se Província, mantendo os mesmos limites. (cf. PDPU: 2012).

A data histórica indica, por um lado, a centralização do poder do regime colonial português, carregado de todo o tipo de vicissitudes e por outro lado, tem sido festejada, porque marca algo histórico na vida desta parcela do território nacional. O povo da cidade do Uíge começou a realizar as festividades desta cidade no tempo do Governador ou Comissário Senhor António José Aníbal Rocha, em 1987 (cf. Mudiambo: 2014).

Neste trabalho, usaremos a grafia oficial, isto é UÍGE. Esperamos que o projecto sobre o acordo ortográfico harmonize também este topónimo

¹ Plano do Desenvolvimento da Província do Uíge.

1.2. A LÍNGUA COMO VEÍCULO DA CULTURA DE UM POVO

A língua é o suporte de valores que lhe são intrínsecos e condiciona o modo de pensar de quem a fala.

Saussure (cf. 1978) reconheceu que «nenhuma sociedade conhece nem conheceu jamais a língua de outro modo que não fosse como um produto herdado de gerações anteriores e que cumpre receber como tal». O autor lembra-nos ainda que «os factos linguísticos não provocam a crítica, no sentido de que cada povo geralmente está satisfeito com a língua que recebeu».

A história revela que em Angola, país multilingue, o governo garante e sempre garantiu a unidade nacional, na escolha do português como Língua da comunicação de Cabinda ao Cunene e do Mar ao Leste.

O governo angolano considera que a unidade nacional se estende de Norte a Sul e do Mar a Este. A escolha de uma língua local, entre as várias existentes, poderia contribuir para uma outra guerra num país que se encontrava numa imergência de uma identidade nacional. O português, sendo a língua de escolaridade, tornou-se língua oficial, com o intuito de garantir a comunicação não só nacional, mas também para facilitar a comunicação internacional.

Para os Bakongo, a identidade cultural é o resultado de vários factores tais como: históricos, sociais, culturais, linguísticos e geográficos.

No caso da cultura, segundo Paul (cf. 1966), apud Mudiambo (2014), o reconhecimento da cultura passa pelas condições da evolução e reconhecimento da língua. O autor reconhece ainda que a língua representa o resultado da cultura humana na qual se desenvolvem todos os produtos da cultura e, portanto, constitui um objecto da observação histórica.

As línguas têm uma natureza social. São sistemas complexos de signos partilhados por um conjunto de locutores com pequenas variantes, poderá, no entanto, existir uma variante dominante (cf. Gomes, 2006).

Segundo Castro (cf. 2011:7), “uma língua não é um objecto estático e fechado, como as descrições linguísticas sincrónicas, por convivência prática, muitas vezes deixam supor; antes parece um corpo vivo que se acha em mutação constante, nem sempre avançando de forma linear para um objectivo determinado: também pode reverter sobre os seus passos ou pode oscilar entre avanços em várias direcções, naquilo a que se chamaria variação”.

O homem necessita da língua. Nesta perspectiva, Reis (2006: 37-38) aponta a seguinte caracterização da língua como suporte da cultura de um povo:

- “A língua, a consciência e o carácter social da actividade produtiva sempre estiveram interligadas e constituem o fundamento da essência humana.
- A língua é uma condição indispensável na existência da sociedade em todo o percurso da história da humanidade. Todo o fenómeno social, ao contrário da língua, é limitado na cronologia de sua existência. Assim, nem sempre existiram estado, classe, dinheiro, propriedade privada; nem sempre existiram tais formas de consciência social como ciência, direito, religião, artes, etc.
- A língua é indispensável na existência tanto material, como espiritual, em todo o espaço social. (...) sendo um importante e principal meio de comunicação, a língua é inseparável de todas as manifestações da vida social do homem.
- A língua está acima de todos os grupos e classes, na essência contínua, sendo uma comunidade de pessoas. O desenvolvimento da população provoca a diferenciação social da sociedade, ao passo que a língua surge como factor de interacção...
- A valorização linguística consiste em que uma língua seja capaz de expressar novos conteúdos. A língua deve estar à altura de atender as demandas sociais em termos de comunicação. A sociedade desenvolve-se e, com o desenvolvimento, surgem novos contextos de comunicação, aos quais a língua deve dar resposta”.

Assim, a língua como todos os outros elementos que alicerçam a cultura, não é uma invenção ou criação de um indivíduo isoladamente: ela é obra de todo um grupo social.

Na mesma linha, Mondin, *apud* Imbamba (2010:43), “A língua, não é só um instrumento de unificação, caracterização e distinção dum grupo social, mas é, também, a mola que faz impulsionar o seu desenvolvimento cultural. Um dos espelhos a partir dos quais o mundo externo pode ver e avaliar a grandeza, a riqueza ou a pobreza da cultura dum povo, pois a língua é o símbolo principal e fundamental de qualquer comunidade humana”.

Portanto, a língua desempenha um papel social e, concomitantemente, é o elemento veiculador da cultura de um povo.

Assim, a conservação e valorização da cultura linguística Bakongo, através do uso da Língua Kikongo é um dos aspectos que tem despertado um grande interesse pelos investigadores na referida região.

1.3. ETNOLINGÜÍSTICA DE ANGOLA

Angola é um país multilingue e com uma grande diversidade étnica. No entanto, o contacto duradouro com o colonizador português não levou ao esquecimento das línguas de Angola, apesar do superstrato registado em certos casos (cf. Sousa, F. (2012).

O termo etnolinguístico apresenta duas noções: etnia e língua. A *etnia*, do grego *ethnos*: povo, nação, é um grupo de indivíduos que pertencem à mesma cultura (mesma língua, mesmos costumes) e que se reconhecem como tal.

A língua como “*sistema de signos*”, segundo Saussure (cf.1978), é de natureza social e partilhada por uma comunidade que admite as suas convenções e as suas modificações que permitem a sua evolução ao longo do tempo.

Benveniste (2005) sublinha que a língua é um espelho da sociedade que reflecte a estrutura social nas suas particularidades e variações. Para Hegel, *apud* Chicuna,

(2014:32) «a língua é uma mediação e não só entre o homem e os outros homens, mas ainda entre o homem e o mundo».

A língua Kikongo é uma das línguas bantu mais falada pelos habitantes da província do Uíge, fazendo parte da identidade nacional; o Ministério da Cultura chama esta região de “*área sociocultural Kongo*”.

A *Lei sobre o Estatuto das Línguas Nacionais* (2004: 6-8) estabelece “as línguas usadas histórica e secularmente pelos povos que habitam o território nacional, independentemente do número de falantes enquanto veículo de transmissão das comunidades linguísticas angolanas, cabendo ao estado promover o seu desenvolvimento e difusão”.

Para Macêdo *et al* (2005) os povos de origem Bantu constituem a esmagadora maioria da população angolana. Sabe-se também, que a população autóctone, segundo a classificação de Redinha (1962:11-20), subdivide-se nos seguintes grupos etnolinguísticos: 1) povos bantu: Kikongo, Kimbundu, Lunda-Kioko, Umbundo, Ganguela, Nhaneka-Humbe, Ambó, Herero e Xindonga; b) povos não-Bantu: Koisan ou Hontetote-Bochimane e Vátua. Nesta distribuição, as regiões sedentárias das etnias continuam imutáveis e apresentam características próprias.

Cada grupo étnico possui uma identidade cultural distinta, idioma próprio e as respectivas variações linguísticas que permitem estabelecer relações de pertença entre si e expressar laços de fraternidade, culturais, comerciais e outros, nutrindo o respeito mútuo e o princípio de integridade territorial.

1.3.1. LÍNGUAS NACIONAIS EM CONTACTO COM O PORTUGUÊS

A lei do uso da Língua Portuguesa em todos os sectores e actividades laborais, a força de conservação e a maioria absoluta da população não alfabetizada e residente no interior, na qual o colonizador tinha pouco contacto, fez com que a população comunicasse nas suas línguas maternas.

É de reconhecer que os grupos étnicos continuam a preservar as principais

particularidades etnolinguísticas das suas respectivas comunidades que revelam uma força de conservação e de manutenção.

Há autores que afirmam que a desvalorização das Línguas Nacionais, durante o período colonial, manifestou-se de várias formas: proibições do seu uso nos locais comerciais, serviços públicos; não podiam ser faladas, mas, mesmo assim não foram esquecidas.

Segundo Quivuna (2014), a incapacidade que o colonizador teve em expandir o português em todo o território nacional, antes da independência, fez com que o português não se enraizasse na sua totalidade em todas as parcelas do território.

A história revela que as línguas de Angola, conhecidas como Línguas Nacionais, durante o período colonial estavam confinadas ao seu âmbito regional, o que contribuiu para a sua conservação.

Assim, segundo Chicuna (2014: 40-42), a tendência da administração colonial em propor o protótipo da cultura europeia aos africanos, levou a que fossem ignoradas as línguas nacionais, começando pela sua exclusão do sistema de ensino e dos meios de comunicação oficiais do país, relegando esse papel exclusivamente à missão cristianizadora.

Portanto, o facto das línguas de Angola não serem implementadas no sistema do ensino e aprendizagem não implicaria necessariamente a sua desvalorização.

A implementação recente pelo Governo de Angola da *Lei de Bases do Sistema de Educação (LBSE)* - *Lei nº 13/01 de 31 de dezembro de 2001* afirma que a falta de implementação da Língua Portuguesa em todo o território nacional angolano pelos portugueses não se deve à falta da vontade dos colonizadores em expandir a sua cultura linguística.

No processo de *Reforma Educativa de 2001* recomendava-se uma investigação que viabilizasse a implementação das línguas nacionais no sistema educativo, como forma de neutralizar o funcionamento glotofágico da Língua Portuguesa e, desta forma, reclamar um papel mais preponderante das línguas nacionais, no contexto sociopolítico e económico do país.

O Relatório da UNESCO (2009) afirma que as línguas são os vectores das nossas experiências, dos nossos contextos intelectuais e culturais, dos nossos modos de relacionamento com os grupos humanos, com os nossos sistemas de valores, com os nossos códigos sociais e sentimentos de pertença, tanto no plano colectivo como individual.

Este Relatório da UNESCO (2009) sublinha que uma percentagem elevada das línguas do mundo desaparecerá neste século. Metade delas (entre 6 a 8 mil) é actualmente falada pelo menos por 10 mil pessoas e calcula-se que a cada duas semanas desaparece uma.

De qualquer forma, este facto não põe em risco a língua portuguesa no momento actual e futuro. A cultura portuguesa estendeu-se e continua a estender-se às novas gerações e, hoje, é vista por um outro prisma em Angola. Ela constitui o maior veículo de divulgação da cultura nacional. Por este facto, ela é a língua de escolaridade, língua oficial e língua de unidade nacional.

No ensino das Línguas Nacionais, deve partir-se de um modelo que provavelmente será o da língua Portuguesa. Para tal, é necessário que se valorize a língua oficial atual e a sua realidade social. Na mesma linha, é sabido que a língua acompanha os destinos de uma nação.

O caso do Acordo Ortográfico exige uma abordagem cuidadosa, pois, a língua não é apenas um elemento de identidade regional, nacional, essência de um povo, é também um sistema de signos, possuindo uma estrutura que merece a maior atenção.

A língua Portuguesa além do estatuto que tem, hoje, é também língua oficial, de identidade cultural e possui as marcas das nossas diferenças.

1.4. LÍNGUA KIKONGO

Em meadas do século XIII, os *Bakongo* ocupavam o vale do rio e formaram o reino do *Kongo*. A parcela territorial do Uíge pertencia a esta etnia *Kongo*.

De uma forma geral, entendemos como línguas naturais as línguas ou sistemas de signos, cujo surgimento não depende de um determinado indivíduo, mas servem de meio natural de comunicação linguística numa sociedade.

Segundo Reis (2006: 42), «as línguas naturais têm maioritariamente uma base genealógica de existência, ou seja, parte de famílias de línguas concretas. Essa particularidade, a de serem naturais, permite que o signo linguístico seja arbitrário e a língua – um sistema aberto».

Os *Bakongo*, cuja língua é o *Kikongo*, viveram principalmente no Nordeste de Angola. Hoje, encontram-se nas províncias de Cabinda, Uíge, Zaire e algumas parcelas de Cuanza Norte e Bengo. Este conjunto de indivíduos que viveram e continuam a viver em comunidade, não teriam o carácter de comunidade sem que existisse a língua Kikongo.

O *Kikongo* é a língua da província do Uíge, desde tempos remotos, a língua falada pelos habitantes do reino do *Kongo*. E os habitantes desta etnia bantu são designados *Bakongo* ou *Esikongo*. A Província do Uíge faz parte deste território.

Assim, o Kikongo é a língua da Província do Uíge, constituindo um património cultural muito importante.

Quivuna (2014:29) afirma que “o primeiro património cultural que uma sociedade deve exhibir, é sem dúvida, a sua língua; pois, ela veicula a cultura de um país ou de uma comunidade; é através da língua que as experiências de vida das comunidades vão sendo transmitidas de geração em geração, ao mesmo tempo que esta mesma língua vai servindo de suporte de comunicação entre os membros das mesmas comunidades. Cada sociedade, por mais subdesenvolvida que seja, é detentora de uma língua, mesmo que não transcenda fronteiras”.

Na mesma perspectiva, Imbamba (2010: 43) sublinha que a língua “é o primeiro elemento que faz sair o indivíduo singular de si mesmo e põe-o em comunicação com os outros. O agrupamento social nasce, antes de mais e sobretudo, com base numa língua, pois falar é “falar a”, é “falar com”, assim, a língua é a condição *sine qua non* para a constituição de qualquer grupo social, o qual é sempre portador duma determinada cultura”.

A língua Kikongo, desde as épocas dos reinos até hoje, continua a ser, “*um sistema*”(conceito Saussure) e deve ser estudada como tal.

Rocher (1989:162) afirma que «língua é um sistema que só conhece a sua ordem própria e que as suas partes podem e devem ser consideradas na sua solidariedade sincrónica».

Na época da chegada dos portugueses, no fim do século XV, o reino do Kongo era um reino forte e unificado, com a capital *Mbanza Kongo*. O reino ficou bastante enfraquecido pelos ataques portugueses no século XVII, acabando por desaparecer na totalidade. No entanto, a sua língua manteve-se, apesar da destruição dos reis e dos reinos e das várias emigrações a que estes habitantes foram sujeitos. Esta língua continua viva, até hoje, na Província do Uíge.

A língua como diz Imbamba, (2010: 43) «permanece sempre a primeira chave de leitura e a revelação por excelência de qualquer cultura, por isso, enquanto alicerce e veiculadora de uma determinada cultura é sempre a história e a hereditariedade de um povo».

Graças ao esforço dos próprios habitantes desta região, sem esquecer os outros valores, que o próprio *Mukongo*² lhe imprime, a língua Kikongo é uma das identidades insubstituíveis nesta etnia *Kongo*.

² Singular do Bakongo

1.4.1. O KIKONGO EM CONTACTO COM OUTRAS LÍNGUAS NACIONAIS

A ONU (1996) afirma que a comunidade linguística identifica-se como povo e desenvolve uma língua comum, como meio de comunicação natural e de coesão cultural entre os seus membros. Numa situação de diglossia, a língua de prestígio é sempre a mais prestigiada na consciência linguística da sociedade.

Do ponto de vista étnico, o Kikongo é a língua bantu dos Bakongo na Província do Uíge que, por vários motivos, tiveram que abandonar umas zonas para se fixarem noutras. Wheeler e Péliissier, *apud* Mingas (2000), afirmam que apesar da diversidade étnica e da variação de tipos físicos presentes nos grupos angolanos, estes encontram-se essencialmente interligados quer em termos culturais, quer raciais, através das línguas geneticamente aparentadas.

A maior interacção da Língua Kikongo com outros grupos etnolinguísticos angolanos ocorreu durante a era colonial em que muita gente do centro e do sul de Angola foi transportada (compulsivamente) para esta província e durante a guerra que assolou o país. É neste período que se dá a grande mistura de toda a população angolana que se dirigia para outras zonas, dando lugar às interferências das várias línguas angolanas.

A situação da existência de línguas, em paralelo, e utilizadas em situações funcionais diferentes é denominada diglossia que pressupõe uma avaliação consciente pelos falantes das suas línguas, observando-se uma hierarquia consoante a necessidade funcional, como ocorre com o Lingala³, o Kimbundu⁴ e outras (cf. Mubiambo, (2014).

A língua Kikongo, apesar de o ter sofrido vários contactos, continua a ser uma língua de identidade cultural. Deste contacto tem resultado um enriquecimento do seu léxico. As línguas de Angola são produtos de práticas sociais de grupos que precisam ter a sua existência garantida num mundo democrático e intercultural (cf. Severo, C. *et al* , 2014).

³ Sobre a Língua Lingala consultar Mudiombo, Q. (2014) e Quivuna, M. (2014), Kukanda, V. (2009).

⁴ Redinha, José (1953), Kukanda, V. (2002).

1.5. ALFABETO DA LÍNGUA KIKONGO

Aquando da investigação das línguas bantu e das línguas indo-europeias, Nogueira (1952:20-21) questiona se as *línguas bantu e as Línguas indo-europeias não viriam de um mesmo tronco, ramo ou raiz* ? O autor sugere que, para se responder à pergunta, é necessário que se realize um estudo comparativo das raízes, da estrutura mórfica dos vocábulos e da comparação dos valores sémiicos desses vocábulos e da estrutura mórfica e sintáctica das frases das línguas das duas grandes famílias; no caso de existirem paralelismos de correspondências fonéticas, mórficas, semânticas e sintácticas poderemos dizer que temos o caminho aberto para uma solução positiva do problema. Mas por enquanto ainda não há estudos que confirmem estas hipóteses.

Diogo António na sua obra sobre “*Provérbios em Kikongo*” (2001) refere que oficialmente ainda não existe um alfabeto de Língua Kikongo.

No entanto, os padres capuchinhos na sua primeira *gramática* do Kikongo apontam 18 letras para o alfabeto Kikongo a saber: A, B, E, F, G, I, K, M, N, O, P, S, T, U, V, W, Y, Z. O uso das letras W e o Y devem-se às influências vindas das obras da RDC - República Democrática do Congo que serviram de consulta para a constituição da primeira gramática do Kikongo escrita pelos padres.

Para Tavares (1915:8), o alfabeto em Língua Kikongo deve-se ao sistema gráfico latino, imposto pelos portugueses; neste sistema, a ortografia foi constituída, baseando-se nos grafemas portugueses: «Mas na verdade esta ortografia não existe nas línguas bantu, salvo em casos muito restritos».

Para Mounin (cf. 1997), muitos estudos demonstram que nenhuma ortografia traduz com exactidão a fonética da língua e que as alterações ortográficas nunca acompanham as alterações fonéticas das línguas.

Este facto justifica que é necessário conhecer o sistema fonológico da referida língua. Porém, o facto do alfabeto do português servir como modelo para o estudo das línguas nacionais, por factores históricos conhecidos, não impede o estudo das línguas nacionais.

1.6. SISTEMA FONOLÓGICO DO KIKONGO

Independentemente da proveniência histórica do sistema fonológico da língua Kikongo é necessário também conhecer algumas características que muitas vezes são só manifestadas na literatura oral.

Segundo Quiala (2013:17), «embora haja a tendência e o esforço para a utilização escrita do Kikongo, a verdade é que, ao ler o texto ou falar, o leitor ou o falante não consegue esconder a sua variante pelo seu sotaque».

Castro, I. (2011:7) afirma que “uma língua não é um objecto estático e fechado, como as descrições linguísticas sincrónicas, por convivência prática, muitas vezes deixam supor; antes parece um corpo vivo que se acha em mutação constante, nem sempre avançando de forma linear para um objectivo determinado: também pode reverter sobre os seus passos ou pode oscilar entre avanços em várias direcções, naquilo a que se chamaria variação”.

Para Mingas (cf. 2002:56), os primeiros passos da elaboração do alfabeto de línguas nacionais foram dados pelos missionários e alguns comerciantes, a partir das línguas europeias, com base no alfabeto latino, e que «durante a época colonial os missionários utilizaram as línguas locais nas suas escolas e os primeiros textos escritos em línguas locais aparecem ao nível da igreja».

Quiala, (2013) na sua obra “*Longoka Kikongo*” apresenta o alfabeto do Kikongo que resulta do trabalho de investigação feito pelo *Instituto de Línguas Nacionais*, com a grafia e pronúncia do mesmo:

Quadro nº1

Alfabeto	Pronúncia	Alfabeto	Pronúncia	Alfabeto	Pronúncia
A	A	L	Lê	T	Tê
B	Bê	M	Mê	U	U
D	Dê	N	Nê	V	Vê
E	E	Ng	Ngê	W	Wê
F	Fê	O	O	Y	Yê
I	I	P	Pê	Z	Zê
K	Kê	S	Sê		

O alfabeto é constituído por 5 vogais (a, e, i, o, u), treze consoantes (b, d, f, g, k, l, m, n, p, s, t, v, z.) e duas semivogais (w, y), mas o sistema fonológico comporta 10 vogais, vogais breves e vogais longas.

Quadro nº2

As vogais breves são	As vogais longas são
a, e, i, o, u.	a, e, i, o, u.

Exemplos de palavras com vogais breves e longas:

Quadro nº3

Exemplos de palavras com vogais breves		Exemplos de palavras com vogais longas	
Yala	Estender	Yala	Governar
Yela	Encher	Yela	Adoecer
Dila	Chorar	Dila	Aproveitar, chular ⁵
Koko	Macho	Koko	Mão, braço
Kula	Expulsar	Kula	Libertar

As consoantes dividem-se em consoantes simples, as correspondentes ao alfabeto representado no quadro nº1 (apresentado acima) e consoantes compostas apresentas no quadro abaixo:

Quadro nº 4

Consoantes	Exemplos	Equivalente Português
Mb	Mbele	Faca
Mf	Mfulu	Cama

⁵ Forma popular de Angola.

Mp	Mpu	Chapéu
Mv	Mvula	Chuva
Nk	Nkutu	Saca
Nl	Nlemvo	Perdão
Ns	Nsulu	Abortado
Nt	Ntela	Idade
Nz	Nzo	Casa

As semivogais são /w/ e /y/. As vogais **u** e **i** diante de outras vogais tornaram-se em semi-vogais /w/ e /y/.

a) O [u] que tem a mesma pronuncia que em português, diante de uma vogal torna-se na semi-vogal [w] De acordo com as regras da Língua Kikongo, seria incorrecto escrever “uame”, mas sim “wame”.

b) O [u] diante de [ɛ] torna-se [w], diante de [i] torna-se [w], e de [ɔ] torna-se [w].

Exemplos: **we** de **weto** (nosso); o **wi** de **wizidi** (veio). E **wo** do **wowo** (assim).

Quadro nº5

Em vez de:	Deve escrever-se:	Equivalente Português
Muana	Mwana	<i>Criança, filho/a</i>
Ueto	Weto	<i>Nosso/a</i>
Uizidi	Wizidi	<i>Veio</i>
Uouo	Wowo	<i>Assim, desta forma</i>

c) O [i] diante de outra vogal torna-se na semi-vogal [j].

Quadro nº6

Em vez de:	Deve escrever-se:	Equivalente Português
Kiala	Kyala	<i>Antropónimo</i>
Kielo	Kyelo	<i>Porta</i>

Iandi	Yandi	<i>Ele, ela</i>
Iola	Yola	<i>Tomar banho</i>
Kiula	Kyula	<i>Sapo</i>

d) As consoantes /g/, /s/ e /z/.

Para evitar a pronúncia errada das referidas consoantes pelos utentes da língua Kikongo e sobretudo pelos que conhecem outras línguas como a Língua Portuguesa, apresentamos as sugestões seguintes:

- O /g/ em Kikongo tem sempre o valor de [g] e não [ʒ], como, por vezes, em português.
- O /s/ pronuncia-se sempre [s] como na palavra *sapo*, por exemplo: **Sasa** (criar) **vasa** (rachar). Nunca tem, em Kikongo, o valor de [z], mesmo que esteja em posição intervocálica.
- O /z/ pronuncia-se sempre [z] como na palavra *Zaire* por ex.: **Zulu** (céu), **Zandu** (mercado, praça, feira).
- Destacamos ainda a pronúncia de palavras com pré-nasalização, utilizando as nasais simples /m/, /n/, como por exemplo: **mb**/, **mp**/, **mv**/, **nk**/, **nt**/, **nz**/, como acontece em: **mbwa** (cão), **mpunza** (projeteis), **mvu** (cabelo branco) **nkunda** (agradecer), **nteba** (lama, lodo), **nzo** (casa).

Podemos distinguir as nasais pré-nasalizadas e as nasais silábicas, através dos seguintes exemplos: `mbu, `mputa, `mvu, `nkunga, `nzunu.

Quadro nº7

Nasais silábicas	Equivalente Português	Nasais pré-nasalizadas	Equivalente Português
Mbu	Mosquito	`mbu	Mar, oceano
Mputa	Ferida	`mputa	Prostituta
Nkutu	Saca	`nkutu	Ainda, até, o mesmo
Nzunu	Casco de animal	`nzunu	Nariz

1.7. ALGUMAS CARACTERÍSTICAS FONOMORFOLÓGICAS DO KIKONGO

Em Kikongo, todas as palavras terminam com vogal. Mas algumas palavras que começam com /m/ e /n/ são combinadas com as consoantes /b/, /p/, /f /, /v/, /t/, /l/ que são nasalizadas (cf. Quivuna, M. (2014) e Kiala, M. (2013)).

Mas Quivuna (2014:89) afirma que «O alfabeto Kikongo não tem o mesmo número de letras que o português. Muitos sinais gráficos usados em Português não são usados nas Língua bantu, como por exemplo, a cedilha, os acentos gráficos, etc. Em Kikongo, por exemplo, os acentos são fonológicos e existe o tom como nas outras línguas bantu (...)».

Outras características são as apresentadas por Théophile Obenga (1985) *apud* Mudiambo (2014); as línguas bantu têm certas características comuns que as distinguem das línguas latinas:

1. Os nomes são caracterizados pela prefixação dos morfemas flexionais. As línguas bantu apresentam um sistema de classes, caracterizado por vários prefixos nominais que indicam o singular e o plural. Cada classe tem um número;
2. Os nomes são classificados em função dos seus prefixos do singular e do plural;
3. A utilização de tons no interior de um mesmo significante permite opor duas unidades na maioria das línguas bantu. O tom imprime um sentido diferente à unidade lexical, mas num contexto fonético idêntico: lumbu (dia), lumbu (família).
4. O sistema vocálico é simétrico: comporta uma vogal central [a], duas vogais anteriores [i], [ɛ] e duas vogais posteriores [u], [ɔ];
5. O sistema consonântico comporta pré-nasais, ou seja, consoantes orais precedidas de consoantes nasais, formando grupos indivisíveis;
6. Inexistência de artigos.
7. Inexistência de géneros.

Apesar de todas as diversidades linguísticas registadas no contacto das línguas de Angola com o Português, Tavares, J. (1915) sublinha um elemento muito importante deste contacto: “a ortografia das línguas bantu de povos que nunca tiveram escrita é realizada através do alfabeto latino”.

No entanto, espera-se a valorização das línguas nacionais, seiva da cultura de Angola.

CAPÍTULO II

FUNDAMENTOS TEÓRICOS

2.1. CONCEITO DE ANTROPONÍMIA

O termo Antroponímia é formado por duas raízes: *antropo*, homem e *nymia*; etimologicamente, antroponímia designa *nomes de homens*. Em sentido lato, este termo significa o tratamento de nomes próprios e apelidos.

Carreira e Quintino, F. (1964) sustentam que o termo foi empregue pela primeira pelo filólogo português J. Leite de Vasconcellos que, no entanto, utilizou a designação de Onomatologia. Este termo, para o autor, era considerado como parte da Glotologia que foi conhecida sob a designação genérica de Onomástica (do grego *onomaso* que quer dizer *chamar*).

Segundo Carreira e Quintino (1964: 17), a Onomástica tem «como objectivo estabelecer nomenclaturas adequadas ao estado progressivo dos conhecimentos onomatológicos».

Em África, a designação de nomes de baptismo nos Cartórios religiosos e nos Registos Cíveis, em alguns casos, segundo os dados recolhidos, não estabelece diferenças entre apelidos dos indivíduos e dos nomes de famílias que são transmitidos de geração em geração. O que não acontece com muita frequência na Europa.

Segundo Carreira e Quintino (1964), os nomes próprios são analisados na Glotologia que se constitui em três partes: a) a Antroponímia que estuda os nomes individuais, sobrenomes e apelidos; b) a Toponímia que estuda os nomes geográficos; c) vários nomes próprios de entidades sobrenaturais, astros, ventos, animais e coisas.

Ao longo dos anos, surgiu o termo de Antroponímia que designa nomes próprios de pessoas que se integrou no ramo da Onomatologia.

Vasconcellos (1928: 3 e 8-9) sobre as categorias dos nomes apresenta o seguinte:

“1ª. Designação que a pessoa recebe no baptismo ou registo, nome próprio, nome individual. 2ª Nome completo, acompanhada de outras designações: António Augusto d’Aguiar, Maria da Conceição Rosado. 3ª Qualquer dos elementos do nome, em linguagem menos precisa e usual, chama-se nome. Ex: autor das Folhas Caídas. 4ª Alcinha é hoje uma designação acrescentada ao nome normal de indivíduo. 5ª Nomes de classes de idade (infância, adolescência, mocidade, maturidade e velhice). 6ª Nomes de classes profissionais”.

Nos anos 60 do século XX, Carreira e Quintino, (1964:17-18) referem a classificação seguinte:

«*Topónimos* (nomes de lugares), *etnónimos* (nomes de povos...), *patronímicos* (nomes que refere filiação, linham...), *hierónimos* (nomes sagrados...), *astrónimos* (nomes de astros em geral), *heortónimos* (nomes de festas populares), *bibliónimos* (nomes de livros), *homónimos* (nomes de fonética igual), *metonímia* (tudo que refere a mudança de nome), *panteonímia* (nome de todos os seres), *paronímia* (nomes homófonas), *potamonímia* (nomes de rios), *prosonímia* (cognomes, sobre nomes e apelidos), *pseudonímia* (nomes falsos), *sinonímia* (nomes de sentidos iguais), *teonímia* (nomes de entes sobrenaturais), *antroponímia* (nomes de pessoas em geral) (...)».

Tavares (cf. 1915), na sua obra - *Gramática da Língua do Congo*, refere vários aspectos relacionados com as línguas bantu de povos que nunca tiveram escrita. No caso de Angola, o estudo descritivo dos antropónimos desperta um interesse particular na valorização da identidade cultural nacional.

2.2. SITUAÇÃO SOCIOCULTURAL DOS ANTROPÓNIMOS.

Os estudos do filólogo português Leite de Vasconcellos (1931:18), cujo objectivo era conhecer os usos e costumes dos povos, afirma que «no uso corrente, os nomes de pessoas, pelas condições especiais do seu emprego, pelo valor que assumem nas relações sociais, tomam várias acepções».

No caso da realidade africana, a essência dos antropónimos, tem a ver com o contexto social, sociocultural, geográfico e histórico.

Carreira e Quintino (1964:19) referem que «a diferença reside nos temas escolhidos para a imposição dos nomes», diferentemente do que ocorre na Europa. Para os africanos, os nomes representam os eventos ocorridos na altura da gravidez, do nascimento, durante o aleitamento e, em certos casos, um facto histórico muito marcante na vida pessoal ou do casal e que servem de motivos para a atribuição do nome.

Há casos em que quando a criança nasce numa altura em que chove, recebe o nome de *Chuva*; se nasce no momento da chegada de um hóspede, é chamado Hóspede; se durante o parto alguém proferir uma locução bem-sonante, esta mesma locução serve de nome à criança que nascer.

Vasconcellos, J. (1928: 23-27) já havia afirmado que os nomes antroponímicos surgem geralmente

“de expressões da língua comum, isto é, ou de palavras simples, de derivadas e de compostas, ou de frases: e referem-se em seus primórdios, conforme as línguas, a coisas e fenómenos da natureza, ao longo do tempo e outras qualidades, modos e acções sociais. Para tal, devem ser estudados pormenorizadamente com conhecimento de causa para evitar falsas analogias”.

A diversidade cultural e linguística em África é muito visível e tem constituído um dos pilares da identidade dos povos de cada país. No caso de Angola, sendo um país multilingue e multicultural distingue-se dos outros países; a etnia Bakongo, em

particular, pela sua cultura linguística, crenças, hábitos e costumes, difere também das demais etnias do país.

O passado histórico mostra que a colonização portuguesa contribuiu para a formação do que é hoje Angola. A ideologia europeia, por nós herdada, encontra-se tão enraizada que é quase impossível, em certos casos, discernir o que é realmente nacional do que é herança colonial.

Para Muaca (2001), o sistema antroponímico do *Bantu Bacongo* (Mwisikongo) tem algumas raízes no Português, não só na realidade actual, mas também desde o baptismo do rei do Kongo e dos seus descendentes que herdaram nomes Portugueses, a partir do século XVI. Mais tarde foram quiconguizados nomes como: *Ndobaxi* que derivou de D. Sebastião; *Ndozwau* (D. João); *NdoFusu* (D. Afonso); *D. Ndualu* (D. Eduardo) e outros.

Em contrapartida, alguns nomes de origem Bantu foram aportuguesados (Ngola para Angola, Mbaka para Ambaca, Mbuila para Ambuila, Nkongo para Congo, `Nkusu para Cusso, Nzadi para Zaire (...), as equivalências (Ndozi para Sonha, Makyese para Alegria, Nkosi para Leão (...); acentuou-se a harmonia fonológica, a mudança gráfica, e a mudança linguística, a supressão e a adição de fonemas ao longo do tempo.

2.2.1. A SITUAÇÃO ATROPONÍMICA NA PROVÍNCIA DO UÍGE

Os antropónimos influenciam o enriquecimento, valorização e renovação da língua de identidade cultural de um povo. Como é sabido nenhuma cultura tem a capacidade de conservar todos os vocábulos que compõem a sua língua. E nenhuma língua pode rejeitar novos vocábulos que entram na sua língua ao longo do tempo; o surgimento de novos vocábulos na língua influencia o enriquecimento da mesma.

As novas políticas linguísticas procuram a valorização de todas as línguas vivas. Muitos investigadores tentam explicar as consequências que estiveram na perda das identidades linguísticas e culturais. A sobreposição da cultura europeia, em detrimento das culturas indígenas, a organização político-administrativa e linguística implementada pelos colonizadores fizeram com que as línguas das ex-colónias não tivessem ou

deixassem de desempenhar o seu verdadeiro papel, de proporcionar o desenvolvimento de hábitos, crenças e costumes que contribuíssem para a identidade cultural nacional. Este facto, não pode ser desprezado no resgate de valores culturais.

Segundo Chimbinda, (2009) existem muitos antropónimos que referem certas vicissitudes ancestrais e não têm nada a ver com o contexto actual, mas são transmitidas de geração em geração. É por esta razão que se questiona se é possível ou não a escolha do nome próprio.

Na procura da resposta sobre a origem dos Antropónimos, surgem os conflitos entre pais e filhos, maridos e mulheres. Os pais não respondem, em certos casos, sobre a origem ou a razão da escolha do nome, limitando-se apenas a dizer que era o nome dos seus antepassados ou o nome do seu ente-querido. Este facto e outros poderão contribuir para a desvalorização ou até a perda de uma identidade cultural dos antropónimos.

Segundo Simões (2011), os vestígios registados nos antropónimos portugueses e, que se encontram enraizados em toda a região do Kongo, região em que a Província do Uíge se encontra inserida, deve-se ao facto de o referido povo ser maioritariamente cristão. São antropónimos com origem em nomes de santos que, na sua maioria, se encontram na Língua Portuguesa e que têm sido transmitidos de geração em geração.

Nas Conservatórias dos Registos Cíveis em Angola, em geral, e na Conservatória dos Registos de Comarca do Uíge, em particular, existem antropónimos como: Deus, Baptista, Cristo, Samuel, José, Maria, João, Emanuel, Gabriel, Francisco, Bento entre outros, ligados à histórica e à herança sociocultural portuguesa.

Do contacto dos portugueses com os locais formaram-se nomes: Sakaneno de Deus; Simão Kimbangu; João Mpadi; João Quiamesso; Bento Kangulu; Dikizeko Emanuel, Lukombo Maria, Gabriel Ndala; Pedro Malundama; André Nsingui; Luvuvamo Afonso, Lusevikweno Eduardo e outros.

Em contrapartida, Dick (1990:189) reconhece que as crenças dos africanos têm origem em diversas forças sobrenaturais, desde crenças fetiches nos totens indígenas ou

nos deuses pagãos, que o cristianismo suprimiu, tornando-se responsável pela “instituição dos santos padroeiros” individuais, protectores do homem na terra.

Os antropónimos, na Província do Uíge, tem origem variada, a partir dos nomes de ordem de nascimento, de circuncisão e da posição de mulheres em lares poligâmicos, que são dados por ordem natural, incluindo os nomes de classes profissionais: nomes periódicos, adoptados durante certo período de fama e outros nomes e atributos que, em certas alturas, entram no registo.

Os antropónimos envolvem factos socioculturais entre eles: mitos, rituais dos ancestrais e outras relações intrínsecas estabelecidas entre os antropónimos e as superstições.

Além de nomes, sobrenomes e apelidos, na realidade Uígene, as alcunhas em certas realidades, transformam-se em antropónimos. As análises revelam que a interpretação das origens de certos antropónimos é apenas uma responsabilidade dos chefes de clãs ou linhagens.

A literatura oral confirma que o facto de conhecer o nome e a origem de certas clãs era sinal de muita proximidade. No entanto, não era responsabilidade de qualquer um revelar as origens e o significado de um nome se não fosse uma pessoa ligada à família.

A responsabilidade de revelar os nomes da família é do “*Mpovi*” (moderador), escolhido pelo soberano do clã ou linhagem (*Mfumukanda*). Porém, muitos dos familiares não faziam parte nos sermões ou encontros familiares. Este facto tem feito com que, hoje, alguns anciãos não conheçam as origens e os significados de certos antropónimos da sua linhagem. A única forma que tem sido usada para explicar os nomes ligados à família é o recurso a analogias ou então é simplesmente interpretado como sendo o nome de um ente querido.

Segundo Martins (2001: 82), «cada cultura é constituída por inúmeros elementos culturais, de entre os quais sobressaem os usos e costumes, as crenças, a linguagem, as tradições orais, a sabedoria, a língua, a música e a dança, os padrões de comportamento, os ideais de vida e as técnicas».

A maior parte dos nomes derivados dos antropónimos dos pais ou de um membro muito próximo da família, são enriquecidos pelos nomes de animais: Nkosi (leão); profissão: Tendi (palmeador); actividade: Nkongo (Caçador); grandeza ou tamanho: MVambala (grandalhão); Nzamba (Elefante ou fig. grandalhão); Luvambano (despedida, separação); atitude: Kinzinzi (teimosia); acções: Zino (inveja); e outros nomes antroponímicos da língua Kikongo que provêm de diferentes domínios sociais (cf. Sistema Integral do Registo Civil)⁶.

Naturalmente em Kikongo existem nomes que são para indivíduos do sexo masculino e outros do sexo feminino. Por exemplo, apresentamos alguns nomes femininos: *Ngenge*, *Nsamba*, *Ndona*, e outros nomes portugueses kikonguizados: *Mandelani* de Madalena, *Madya* de Maria, *Ngalasa* de Graça e outros. Exemplos de nomes masculinos: *Toko*, *Nkongo*, *Nsingi*, e outros kikonguizados: *Fuso* de Afonso, *Mpetelo* de Pedro, *Mataya* de Mateus, *Basi* de Sebastião e outros.

Destes antropónimos surgem os topónimos: Mbunga =Ki+Mbunga =*Kimbunga*; Mayala=Ki+Mayala = *Kimayala*; Nzambi= Ki+Nzambi= *Kinzambi*; etc.

Porém, os antropónimos da língua Kikongo na sua maioria são biformes: Matando, Mamengui, Mankenda, Talamaku, Nsoki, Dimbo, Luteso, Dimosi, Lusevo, Lumengo, etc. Quando se quer distinguir dois indivíduos (seres) de sexo diferentes, faz-se acompanhar os seus nomes do adjetivo: “*Yakala*” (homem) ou “*Nkento*” (mulher) conforme o género (masculino ou feminino), segundo a tradução literal (cf. Quiala, 2013).

2.3. ANTROPONÍMIA COMO RAMO DA ONOMÁSTICA

*António Gasparetto Júnior (2014)*⁷ afirma que a iniciativa de estudar sistematicamente os nomes próprios surgiu com os eruditos renascentistas que

⁶ Conservatória dos Registos Civil da Comarca do Uíge

⁷www.infoescola.com/.../onomastica-toponimia-antroponimia/ visitado: 06 de 10 de 2016.

abordaram as obras clássicas greco-latinas. Entretanto, o estudo dos antropónimos é datado do século XVII, época em que se encontram obras que possuem valor científico até aos dias de hoje. Algumas dessas obras são tidas como mais valiosas do que as de estudiosos dos séculos XIX e XX, que não apresentaram suficiente crítica ou lançaram mão de recursos astrológicos de carácter duvidoso.

Esses estudos podem abordar género, origens e processos de denominação em diferentes línguas.

A Onomástica está inserida nos estudos de Linguística e possui fortes relações com a História e a Geografia. António Gasparetto Júnior refere que as pesquisas nesse sentido ramificam-se pela epigrafia e pela paleografia. A primeira oferece os seus métodos para a leitura de inscrições em pedras, madeira, marfim e barro. A segunda revela escritos em papiro ou pergaminhos. A combinação dos dois métodos permite identificar o nascimento, a evolução, a cronologia e até à morte de um nome.

Dick (1990:29) afirma que «a nomeação como actividade humana inscreve-se como actividade bastante significativa ao homem, complementar, muitas vezes, do perfeito entendimento da realidade circundante».

Quanto à compreensão da realidade antroponímica, a autora sublinha ainda que passa pela identificação e decifração do elemento principal do acto comunicativo – a língua - que corporifica, em sua expressividade, um conglomerado de situações sócio-psíquicas para manifestar e concretizar na linguagem que é codificada pela assimilação do mundo numa determinada comunidade linguística.

Severo (2014:9) diz que «No âmbito dos estudos linguísticos, as línguas nacionais podem ser consideradas, a partir de um prisma descritivista, sociolinguística, político, histórico, cultural e/ou discursivo».

Weisgerber, apud Dick, (1990:120) «...se uma língua materna é determinada pela peculiaridade dos seus criadores, pelas condições geográficas e históricas, pela amplitude e a intensidade do desenvolvimento do accionamento da faculdade linguística, cada palavra ou expressão peculiar traz consigo necessariamente os traços de sua origem».

Carreira e Quintino (1964:20) afirmam que «o fenómeno onomatológico é tão antigo como o fenómeno linguístico. Não é possível a existência de uma língua sem nomes designativos de seres, de coisas – animadas ou inanimadas, abstractas ou concretas». A língua é em si mesma de natureza onomatológica, porque o homem antes de começar a falar, exteriorizou os seus raciocínios por meio de gestos. Mas os gestos, a mímica, só por si, não são uma língua. E o homem só pela mímica não se faria entender.

A maior parte dos sons das línguas tiveram origem nas interjeições e em fenómenos onomatopaicos. Estes vestígios são registados frequentemente nas línguas ágrafas.

Carreira e Quintino (1964:21) dizem que «Quase todas as línguas dos povos africanos são significativamente ricas de vocábulos, imitando ruídos – *vocábulos onomatopaicos*». Neste caso, é óbvio que a técnica onomatopaica devia realmente ter sido o princípio através do qual o homem recorreu em busca dos elementos para as primeiras designações de coisas.

A Antroponímia devia ter acompanhado, no tempo e no espaço, a Onomatologia. Os autores concluem que a comunicação de homem para homem só seria praticável, recebendo cada indivíduo um nome.

Na verdade, nada se sabe acerca do processo onomástico na fase pré-histórica. Mas é lícito supor que, no contacto com a vida animal, na fase em que o homem dependia da caça, que o forçava à lei da subsistência, o homem descobriu no reino animal abundantes elementos para distinguir os seus semelhantes.

Deste modo, descobriram-se vários antropónimos de origem animal, vegetal, piscatória, pastoril, agrícola, floricultura; no período da conversão surgiram os nomes cristãos, os nomes que servem para designar várias realidades: ambiente biogeográfico, actividades, eventos, qualidades físicas e morais.

2.4. ANTROPONÍMIA E TOPONÍMIA

As pessoas observam as atitudes e os comportamentos uns dos outros. Este facto, em muitos casos, resulta do contacto directo, deixando marcas inesquecíveis na vida dos homens.

Dick (1990:285) explica que das várias taxionomias de natureza antropocultural, sobressaem, pela expressividade das formações onomásticas, os chamados antropotopónimos, ou nomes de lugares constituídos a partir dos antropónimos.

No Uíge, num diálogo com o Sr. *Pascoal Dodão*⁸, no dia 8 de agosto de 2016, este afirmou que “o nome tem um significado”, é nele que se revela e se representa a identidade cultural de um povo.

O nome por representar e constituir uma identidade sociocultural resultante de actividades, estados e modos de vida de um povo, faz com que muitos antropónimos designem lugares.

Carreira e Quintino (1964:25) dizem «quer no passado, quer no presente, a antroponímia foi sempre uma boa fonte de recursos para a toponímia».

Nas cidades e vilas de Angola a questão dos antropotopónimos é muito importante. Encontramos, hoje em dia, vários lugares públicos (escolas, estádios, aeroportos, monumentos históricos, Igrejas, pontes, estradas) com nomes de pessoas e lugares, como nos seguintes contextos:

- A escolha dos antropónimos baseado em interesses políticos.
- A escolha dos antropónimos de forma arbitrária e natural, associada a vários factores: antiguidade, iniciativa pessoal e origem pejorativa que ao longo do tempo ganha legitimidade.

⁸ Chefe do Quartelão nº 4 de Zona nº 4 do Bairro Candombe Velho, na Província do Uíge – Angola.

Na província do Uíge, constatou-se que alguns antropónimos deram origem a Topónimos: *Malalu* deu origem à aldeia *Kimalalu*; *Tadi* deu à aldeia *Kitadi*; *Kabando* deu à *Kikabando*; *Zima* derivou à aldeia *Kizima*; *Vita* à aldeia *Kivita*; do soba Nanga surgiu o nome de aldeia *Soba Nanga*; *Tambu* deu o nome à aldeia *Kitambo*; do Soba Mbemba Ngango surgiu o nome do *Bairro Mbemba Ngando*; o Soba Kandandi deu origem ao *Bairro Candandi*; da alcunha Nguengue derivou o *Bairro e a Zona do Nguengue*; *Nvula Mawanga* deu origem ao nome da “*Zona do Nvula Mawanga*”; *Simão Toko* deu origem ao nome de uma das Zonas do Bairro Candombe Velho “*Zona do Simão Toko*”; *Kimbangu* deu origem ao nome de uma das zonas do Bairro Candombe Novo “*Zona do Kimbangu*”; de António Agostinho Neto (primeiro presidente de Angola) surgiu o nome da *Rua António Agostinho Neto*; o soba Manuel deu origem à *Rua soba Manuel*; de Bwaka surgiu o nome da *Pracinha Bwaka*.

As entidades tradicionais referem que o desconhecimento das transformações acima referenciadas implica falta de autenticidade e de identidade cultural local.

Segundo Dick (1990:285), «as origens heterogénicas registadas têm deixado reflexos diferenciados na língua, nos usos e costumes, nas tradições regionais e, consequentemente, nas relações entre antroponímia e toponímia em muitos casos perde o seu significado real».

Carreira e Quintino (cf. 1964), sobre o estudo antroponómico, referenciam inúmeras terras com nomes de pessoas que se salientaram por qualquer feito extraordinário ou ocuparam posições de destaque na vida social. E não só lugares, espaços limitados da terra – como até continentes como a América que veio de Américo Vespúcio; nomes de países como Bolívia que veio de Simão Bolívar, nomes de cidades como Léopoldville veio do nome do rei da Bélgica e tantas outras cidades espalhadas pelo mundo.

Apesar da distinção entre o objecto de estudo da Antroponímia e da Toponímia, Dick (1990:178), “as diferenças genéricas que caracterizam o campo de estudos específicos aos dois ramos da onomástica, sejam eles quais forem, Toponímia e Antroponímia não impedem a aproximação, em termos funcionais, dos respectivos objectos de pesquisa”.

2.5. ANTROPONÍMIA E LEXICOLOGIA

É importante lembrar que o antroponímico é uma unidade lexical. A Antroponímia e a Lexicologia são ciências da Linguística, mas com um carácter social.

A Lexicologia é a ciência do léxico. Para Vilela (1979:9), o léxico é entendido como um “dicionário virtual” constituído por unidades lexicais; «o léxico integra o sistema de uma língua de uma comunidade. O léxico é o conjunto de unidades linguísticas próprias duma língua ou a totalidade das palavras lexicais».

O léxico é visto como uma parte viva da língua, património social da comunidade; é um sistema por meio do qual os indivíduos de cada tempo e lugar podem pensar, expressar os seus sentimentos e manifestar as suas ideias (cf. Antunes, 2006).

Na mesma perspectiva, Lino (1979: 13) explica que «o léxico é constituído por um conjunto de unidades: os lexemas, quando actualizados no discurso, designam-se por vocábulos, o seu conjunto constitui o vocabulário. O termo léxico pertence ao nível da “langue” (sistema), enquanto o termo vocabulário pertence ao nível de discurso».

Para Seabra (2004:15), «tradicionalmente, o léxico é definido como o conjunto de palavras de uma língua, responsável por nomear e exprimir o universo de uma sociedade». A autora acrescenta que o processo ocorre na transmissão de geração em geração como signos operacionais, «é através dos nomes que o homem exerce a sua capacidade de exprimir sentimentos e ideias, de cristalizar conceitos».

Assim, o património lexical de uma língua constitui um arquivo que armazena e acumula as aquisições culturais representativas de uma sociedade, reflectindo percepções e experiências multisseculares de um povo. O léxico reflecte as experiências de um povo e as suas aquisições culturais.

A Lexicologia estuda as unidades lexicais que contêm a informação do significado que remete para o mundo extralinguístico, isto é, o mundo biossocial e antropocultural, onde a unidade lexical é uma unidade linguística dotada de significado lexical, apontando para o que se apreende do mundo extralinguístico mediante a língua.

Para Chicuna (2014:46), a Lexicologia descreve as unidades lexicais da língua geral e das línguas de especialidade que estão à disposição dos membros de uma comunidade linguística.

A Onomástica, na realidade de muitas sociedades africanas, contribui para a caracterização sociocultural da mesma. A Onomástica é uma disciplina próxima da Lexicologia por tratar de uma unidade lexical com significado e, esta unidade pode ser um Antropónimo que, por vezes, dá origem a um Topónimo.

Para Dick (1990), a Antroponímia estuda os nomes próprios dos indivíduos que, muitas vezes, na sua origem são unidades lexicais da língua corrente.

Na mesma perspectiva, Estrela e Correia (1988) referem que à Onomástica interessa o nome como unidade lexical; a Antroponímia estuda o nome a fim de conhecer a história e a cultura do povo, pois permite identificar factos linguísticos e crenças presentes nas nossas comunidades.

Lembramos que a Lexicologia como ciência do léxico e a Antroponímia como parte de Onomástica são duas disciplinas diferentes, mas complementares. A Antroponímia é constituída pelo conjunto de nomes próprios e apelidos de uma determinada comunidade social e culturalmente distinta.

2.6. ANTROPONÍMIA E SOCIOLOGIA

No decorrer da nossa pesquisa, principalmente nas zonas urbanas, fomos confrontados e questionados sobre o nome e a sua relação com o locutor; os que têm nomes ocidentais subestimaram os que têm nomes de origem africana e vice-versa. Agora, a questão que se coloca: - Será que o nome define a pessoa ou a pessoa é definida pelo nome?

A problemática relacionada com o nome é antiga. A Bíblia, por exemplo, consagra a lista de nomes do filho de Ismael que se tornaram líderes de suas tribos e que

os seus sucessores, povos e acompanhantes deveriam receber como uma herança (Génesis 25:16).

Numa visão da filosofia aristotélica questiona-se se “*o nome próprio se pertence ou não a um sistema linguístico particular?*” O que demonstra que a preocupação sobre o estudo dos Antropónimos não é algo de novo. Esta visão, no âmbito social, é esclarecida por Carreira e Quintino (1964) ao afirmarem que «a antroponímia é na sua essência um fenómeno social ou mais propriamente, um fenómeno sociocultural».

No continente africano, até à data presente, reconhece-se que os antropónimos estão relacionados com os temas da vida social. Na Europa, segundo os estudos realizados por Vasconcellos (1931), o fenómeno também já foi vivenciado noutros tempos por povos animistas.

Retomando a visão sociológica, Rocher (1989a:16-17) afirma que «o objetivo de estudo da sociologia é a acção social, isto é, a acção humana nos diferentes meios sociais». O autor esclarece que, na organização social, a Sociologia engloba a análise dos fenómenos de interacção entre os indivíduos, as formas internas de estrutura (as camadas sociais, a mobilidade social, os valores, as instituições, as normas, as leis), os conflitos e as formas de cooperação geradas através das relações sociais.

Assim, Frege (1978: 64) afirma que “todos os nomes são nomes de alguma coisa, real ou imaginária, mas nem todas as coisas têm nomes próprios e individuais”.

Para alguns objectos individuais necessitamos de nomes distintos que esclarecem os factos da vida social, as qualidades físicas e morais de indivíduos.

Carreira e Quintino (1964: 28) afirmam que “através dos antropónimos, é possível tomar conhecimento de muitos aspectos da vida psíquica: tendências, vícios, defeitos, credos, superstições, um mundo de problemas ligados à maneira de ser e de viver dessa gente”.

No entanto, a relação entre a Sociologia e o antropónimo precisa de ser esclarecida no seguinte: a função do nome serve para registrar atitudes e posturas sociais de um povo, as suas crenças, profissões, a região de origem e outro aspectos sociológicos que, através de pesquisas sobre os fenómenos que se repetem nas

interacções sociais, os sociólogos podem observar os padrões comuns para formularem teorias sobre os factos sociais.

Assim, a Sociologia é a ciência que se preocupa com as relações entre as pessoas que pertencem a uma comunidade ou a diferentes grupos, constituindo uma sociedade.

CAPITULO III

METODOLOGIA DE RECOLHA DE DADOS

3.1. CONSTITUIÇÃO DO *CORPUS*: COR-NOME

Um *corpus* é um conjunto de dados linguísticos que serve de base de análise a uma investigação. Para este trabalho, recolheu-se um conjunto de textos escritos e orais que foi organizado consoante os critérios recomendados num trabalho científico. O *corpus* em causa é homogéneo e as recolhas não foram feitas de forma aleatória. Os dados foram recolhidos junto de pessoas singulares e de Instituições públicas e privadas.

As Instituições acima referenciados foram as seguintes: Conservatória dos Registos da Comarca do Uíge (CRCU), Direcções Provinciais de Educação, da Cultura, Cartórios dos Registos Municipais, Administrações Municipais; junto das entidades tradicionais e singulares conseguiu-se obter o historial de alguns nomes como: a origem, motivação e significado. Integrámos também outros documentos oficiais, artigos e monografias.

A constituição deste *corpus* teve por objectivo analisar os antropónimos existentes na região do Uíge. O *corpus* permitiu-nos efectuar uma reflexão sobre a pertinência do nome no processo de nomeação, suas influências sociais e contributos na identidade cultural local.

Paralelamente a isto, organizámos um questionário com a finalidade de percebermos a origem dos nomes, a importância, as relações sociais, as suas diferenciações, características, constituição e funcionamento.

Analizamos o *corpus* através de critérios que puderam identificar antropónimos. Posteriormente, criou-se uma base de dados de antropónimos, capaz de facilitar o registo e a consulta dos antropónimos nas Conservatórias dos Registos locais.

3.2. O NOME E SUA UTILIDADE SOCIAL

Em sentido restrito, o nome é um vocábulo que tem a função de designar uma pessoa, um animal, uma coisa ou um grupo de pessoas, animais e coisas.

Do ponto de vista da semiótica, um nome é um signo em que o significante é a imagem acústica da palavra falada ou a representação gráfica do vocábulo escrito.

Os seres humanos, desde a Antiguidade, já se faziam valer de imagens e sons para denominar coisas e seres, prática que remonta aos primórdios da história da humanidade. Este facto, na Província do Uíge, tem a sua raiz histórica a partir do reino do Kongo.

Neves, na sua obra “*o dicionário dos nomes*” (S/d: 4), afirma que «Nomear é fazer existir». De facto, em tempos mais recuados, o nome tinha um significado que individualizava a pessoa. Por exemplo, no antigo Egipto, «o homem era corpo, alma e nome»; o nome, era mais do que um sinal objectivo de identificação, a dimensão essencial do indivíduo, «uma coisa viva». Nomear um ser, qualquer que ele fosse, era adquirir poder. A Bíblia Sagrada refere que Adão que ficou encarregado de dar nome aos animais e com isso assumir o poder sobre eles (cf. Génesis, 2:19).

Vasconcellos (1928:33), nos seus estudos sobre Antroponímia, refere que independentemente da proveniência histórica e sucessão cronológica dos nomes próprios, da razão da sua escolha, e da sua forma, o que constitui a matéria primitiva é conhecer a etimologia do nome e valorizá-la ou atribuir-lhe um valor.

O sociólogo Nkondo, (2011), no seu artigo “*Os nomes ou cognominas kikongo*” publicado no portal da Damba e na *História do Kongo*, esclarece que raramente os nomes externos são aceites pelos pais ou parentes do recém-nascido sem que se conheça a história e origens do mesmo. Um filho tem sempre o comportamento do seu xará. Um filho que leva o nome de uma pessoa benfeitora será também bom. Um filho cujo xará é de má fama ou um malfeitor, ele igualmente será malfeitor. Além dos factores externos, o nome envolve também circunstâncias de âmbito interno.

Na cultura Bakongo, a escolha do nome acontece de livre e espontânea vontade, mas para legitimá-la, os pais do recém-nascido têm o dever e o direito de apresentar o menino ao “Zina” (xará) levando consigo bebidas e comida. Por sua vez, o “Zina” em sinal de gratidão compra roupa, calçado e um animal doméstico comestível para o novo xará. Tudo a favor da dignidade do nome. Ser nomeado na cultura Bakongo, é uma prova de uma pessoa boa e socialmente valorizada.

Os dados onomatológicos afirmam que os nomes de um povo revelam um saber acerca do mesmo povo que outras ciências não podem revelar. A partir do estudo dos nomes é possível os antropólogos deduzirem uma valiosa informação sobre a cultura dos povos, cujos nomes podem ser estudados como instrumentos para o conhecimento dos hábitos e costumes de um povo, suas esperanças e aspirações, suas crenças e suas relações sociais.

Vatomene Kukanda (2014), no seu artigo sobre, “*Uma Literatura Linguística do Nome “Kimpa Vita - Na realidade Africana”*”, o nome de uma pessoa constitui a chave para a compreensão do seu carácter e do seu comportamento. Isto é, particularmente verdadeiro para quem conhece o valor de um nome, apelido ou até de uma alcunha consagrada. Para o autor, o nome na sociedade moderna, como na tradicional, exprime um valor: «um homem sem nome é um homem sem valor». Por isso, todas as pessoas se identificam através de um nome.

Na província do Uíge, as pessoas não são indiferentes ao nome a que respondem. As pessoas são muito sensíveis quando os seus nomes são mal escritos ou mal pronunciados. Uma pessoa cujo nome é esquecido por um amigo sente-se lesada e apresenta uma certa forma de ressentimento. Da mesma forma, sentem-se lisonjeados, quando um amigo põe o nome dele a um filho.

Pensamos que o facto não é novo. Pois nos livros sagrados está escrito: “um nome é melhor do que bom óleo (...)” *Eclesiástico* (7:1)⁹. “Deve-se escolher antes um nome do que riquezas abundantes (...)” *Provérbios* (22:1).

⁹ Bíblia Sagrada disponível em: <https://www.bibliaonline.com.br/>

Para Carreira e Quintino (1964:20) “O fenómeno onomástico é tão antigo como o fenómeno linguístico. Não é possível a existência de uma língua sem nomes designativos de seres, de coisas – animais ou inanimadas, abstractas ou concretas [...] a língua é em si mesma, faz parte da onomástica. Ela permite ao homem desenvolver a capacidade de designar as coisas, os primeiros seres e situações”.

Muaca (1999) refere que o nome, como elemento de identidade pessoal, é importante, visto que serve como o primeiro rosto de uma pessoa.

Segundo Carvalhinhos, (2007:13) «conhecer os nomes significa conhecer as coisas, o que impossibilitava dizer coisas erradas».

Os nomes podem constituir uma grande ajuda para a reconstrução da história de um determinado povo ou para a procura da origem de um indivíduo. Razão pela qual, em todas as línguas pululam as recolhas de nomes próprios e são actualizados cada dia que passa com a inclusão de novos nomes.

Segundo Nkondo (2011:8a), «os nomes e as línguas são os elementos identificadores de um povo. Os nomes traduzem a origem de uma pessoa. Os colonizadores viveram muitos anos nos países colonizados, mas não abandonaram os seus nomes de origem e não adoptaram os nomes dos colonizados».

Kukanda (2014) refere-se ao caso do escritor negro-americano Alex Harley que descobriu a origem dos seus antepassados através do nome. Na mesma linha, Kukanda, refere também o exemplo dos Gikuyu que, através dos nomes dados aos seus filhos e suas filhas, os Gikuyu da África oriental conseguiram recordar a sua história e os acontecimentos do seu passado durante séculos.

Para Carvalhinhos (2007), os antropónimos funcionam como um espelho da cultura, e reflectem as manifestações culturais de todo um povo; o esvaziamento semântico nos nomes próprios pode perigir a identidade sociocultural do mesmo povo.

A sociedade civil afirma que, a realidade de atribuição do nome não é estática, - isto é, desde a Antiguidade os nomes não tiveram sempre as mesmas razões para a sua atribuição; mas, efectivamente, tiveram sempre uma razão que os motivava, estabelecendo uma associação dos atributos físicos ou morais do indivíduo nomeado por devoção ou por crença de um nome sagrado que traria sorte ao portador do mesmo e, hoje, os mesmos fazem parte do acervo da língua.

Imbamba (2010:184) afirma que apesar da palavra «gosto» ser destacada na justificação de muitos nomes dados aos filhos de nova geração, explica que o homem apresenta vários aspectos que não são susceptíveis de serem explicados na sua totalidade pelo sujeito. Quer dizer, o nosso conhecimento é sempre parcial.

Na verdade, actualmente as instituições públicas tendem a desprezar a cultura. Mas falar de cultura é falar sobre o local onde se manifestam as identidades, onde se enriquecem e se desenvolvem os hábitos, as crenças. De tal modo que não se pode falar de disseminação cultural, de globalidade e de perda de identidade sem que haja o que se chama modo de viver e de ser de um povo. Falar sobre o nome próprio é falar de uma forma de manifestar a cultura de um povo.

3.3. O NOME NA CULTURA BAKONGO

Começamos este subtema pela visão sociológica de Kukanda (2014), que se refere ao caso geral dos Bantu, afirmando que a criança recebe dois nomes. Se o primeiro estiver ligado às circunstâncias que acompanham o nascimento, o segundo é o que a criança leva quando se torna adulto. E isto, normalmente, ocorre depois de ter passado pelos ritos de iniciação, que fazem do rapaz um homem e da rapariga uma mulher.

Na constituição do nome, o autor refere que só o primeiro é conhecido por todos, o segundo fica muitas vezes secreto e limita-se só aos iniciados da mesma promoção. Em muitos casos, o facto de conhecer o segundo nome de uma pessoa cria logo uma

aproximação com ela, apesar dos diferentes tipos de “zina” (xará)¹⁰ existentes nos bakongos: zina dinsansila (xará de criação), zina dilubutuku (xará do nascimento), zina dintombola (xará de baptismo).

Chimbinda (2009) refere-se ao nome como um acto de pensar os outros, propõe árvores genealógicas. O autor indica como ponto de partida a origem da vida, fazendo a transmissão da vida de forma vertical e directa, onde cada um possa questionar a sua origem, e, todos possam pensar sobre os ancestrais.

Para Mukongo, o nome, desde a Antiguidade, possui uma origem, um contexto e um significado e, pode distinguir-se do contexto em certos casos, mas o nome segue uma linhagem ou clã «Kanda» e, é nesta perspectiva que os nomes começaram a ganhar uma diferenciação.

Nkondo, (20011)¹¹ esclarece que, o nome é dado ao filho depois da cura do cordão umbilical. Desta forma, os pais ou um membro da família mais próxima escolhe um nome ligado à identidade cultural. Naturalmente, na Língua Kikongo existem nomes de indivíduos do sexo masculino e outros do sexo feminino, conforme ocorrem em outras línguas, mas os nomes uniformes são os mais abundantes.

Carvalhinho (2007) menciona quatro causas que interferem na origem do nome: 1ª Influências históricas, políticas e religiosas; 2ª Circunstâncias, lugar e tempo de nascimento, particularidades físicas ou qualidades morais; 3ª Nomes relativos a profissões; 4ª Nomes curiosos ou excêntricos.

Ao associarmos as causas acima mencionadas com a realidade dos Bakongo notamos, em primeira instância, que se busca a protecção divina: “Nzambi wa Malawu” (Deus das oportunidades, da sorte, da bênção); “Nzambi wa mawalakazi” (Deus misericordioso), “*Nzambi ya Mpungu*” (Deus topo poderoso). Deste, surgiram nomes como: *Nzambi* (Deus), *Luvuvamo* (paz, tranquilidade), *Matondo Kwanzambi* (Graças a Deus), *Mena-kwa- Nzambi* (Tudo em Deus), etc.

¹⁰ A pessoa homenageada.

¹¹ Sociólogo, jornalista, activista, angolano e conhecedor da Cultura Kongo.

A literatura revela que o desejo de nomear os filhos com os nomes divinos não começa com a chegada dos portugueses no reino do Kongo. O desejo esteve sempre associado a um ser divino “*Nzambi*” (Deus), - protector do céu e da terra. A chegada dos Missionários ao reino do Kongo apenas veio acentuar esta tendência, devido à política de baptizar os novos cristãos locais com o nome de figuras religiosas e políticas europeias: *Nzinga-a-Nkuvu* para D. João da Silva; *Mbemba-a-Nzinga* para D. Afonso I; *Mpanzo-a-Kintino* passou para Panzo Aquintino e outros.

Para Muaca (2001), houve uma certa motivação religiosa e política durante o período de colonização para que os autóctones fossem baptizados com nomes de figuras europeias destacadas na vida social, religiosa e política e, associado ao mito de que, quem fosse baptizado com os mesmos nomes teria sorte na vida e venceria as batalhas na guerra. O facto aumentava o entusiasmo e fazia crescer o amor e a admiração por parte de muitos autóctones em dar nomes europeus aos seus filhos.

Deste modo, os pais associavam o útil ao agradável e foram surgindo nomes híbridos: *Lutatala Pedro*; *Salomão Mbungula*; *Pedro Tunga*; *Paulo Kinzinzi*; *Simão Ndombele*, etc.

Foram surgindo nomes do modo seguinte:

- **Das circunstâncias, lugar e tempo de nascimento, particularidades físicas ou qualidades morais surgiram nomes como:** *Nvula* (Chuva); *Vita* (Guerra); *Mampasi* (...de sofrimento); *Mankenda* (...de tristeza/s) *Manzoni* (...de vergonha); *Lukeba* (cuidem-se); etc.
- **Dos Nomes relativos a profissão, destacam-se:** António *Nkongo* (António atirador); Miguel *Vadi* (Miguel raspador) Manuel *Fidimela* (Manuel enfermeiro); Pedro *Komedisi* (Pedro comerciante); Pedro *Tunga* (Pedro Construtor); Maria *Tayela* (Maria Costureira); João *wa Vubi* (João Batista) André *Longui* (André Pastor, Professor, Instrutor), etc.
- **Dos Nomes curiosos ou excêntricos**, de formação atípica, e de difíceis compreensões destes, na região do Uíge destacam-se nomes como: *Mbunga Ndoki* (Bunga Feiticeiro); *Adão Molo* (Adão Preguiçoso), *Simão NSoki* (Simão Malfeitor, aldrabão), etc.

- **Da situação gráfico-fonéticas**, registam-se nomes que derivaram de anteposição de vogal à palavra (*Mbuila* para *Ambuila*); anteposição de vogal e transformação de fonemas (*Mbanza* para *Ambasse*); supressão da primeira consoante (*Mbuku-Nzau* para *Buku-Zau*); etc. Com o desconhecimento da escrita, perdeu-se a verdadeira origem de alguns nomes o que tem suscitado diferentes variações dialectais (cf. Muaca, 2001).

Na mesma senda, Nkondo (2011:3) refere que os portugueses e algumas instituições públicas tendem a modificar os nomes bantu. Estes (nomes) são amputados, de maneira a aporuguesá-los : “*Nkanga*” (amarrar, prender, apreender, deter) é adaptado para *Kanga* ou *Canga*; “*Nkondo*” (embondeiro) passa a *Kondo* ou *Condo*; “*Nkosi*” (Leão) passa a *Koxi* ou *Cose*; “*Sita*” (estéril) passa para *Esteves*; “*Nuni*” (Ave ou pássaro) para *Nunes*; “*Mvika*” (maneira de atirar) para *Viegas*.

3.3.1. A NOMEAÇÃO E COMPOSIÇÃO DO NOME EM KIKONGO

Verifica-se que, na análise dos nomes recolhidos, há uma diversidade infundável de opiniões quanto às suas origens etimológicas.

Orlando Neves no seu “*Dicionário de nomes próprios*” esclarece que com a institucionalização dos serviços sociais, os nomes perderam unicidade e simbolismo, surgiram vários e novos atributos que se juntaram aos outros nomes próprios costumeiros que definiam o homem primitivo. O facto verificou-se nos nomes recolhidos na província do Uíge.

Excepto nos casos óbvios, quase sempre a etimologia é discutível por ser misteriosa.

Para Seabra (2004), a relação existente entre o nome, o referente e o sentido, as suas associações encontram-se na forma e no conteúdo. Já, na Onomástica, essa associação, tanto no caso dos nomes próprios, quanto no caso dos nomes de lugares pode não passar pelo sentido, constituindo uma relação directa entre o nome e o referente.

Kukanda (2014) refere que os nomes acarretam uma realidade etnológica e psicossocial, buscando na sociedade uma análise e interpretações de fenómenos registados como forma de expressão cultural. É a realidade psicossocial que afirma e reforça a rede das relações na qual o indivíduo como ser social se define. Quanto à Antroponímia, como parte da Onomástica, ela obedece a certas regras que variam de um grupo para outro.

Reis (2008) refere que os nomes dados aos objectos sempre que têm um significado, esse significado não reside no que designam, mas no que conotam. Os únicos nomes de objectos que nada conotam são os nomes próprios e estes não têm, nenhuma significação.

Para a realidade Bakongo, o Sociólogo Nkondo (2011) confirma que, nesta tradição, ao nomear, é necessário ter em conta alguns procedimentos:

- O nome deve identificar a origem regional; um Mucongo conhece a linhagem do nome que dá ao seu filho, razão pela qual, a partir do nome, um Mucongo é capaz de identificar a região da origem do nome.
- Aos filhos de um casal, os nomes são dados alternadamente: o pai dá o nome ao (à) primeiro(a) filho(a), a esposa ao (à) segundo(a), assim sucessivamente.
- Os filhos, nesta cultura, nem todos têm o mesmo sobrenome ou apelidos, mas todos os nomes devem ter um significado e uma origem no mínimo.
- Há certos nomes para mulheres e outros para homens apesar de a maior parte serem nomes uniformes.
- Os nomes de gémeos, apesar de serem nomes naturais, cada etnia tem uma forma de designá-los, o que facilita a sua distinção.

Portanto, o processo de dar o nome ao “filho mucongo” não é muito polémico. Para além de serem nomes com a origem e significado determinados pela sociedade, a questão da preferência dos pais também é valorizada pelos parentes e membros da sociedade. Normalmente, os nomes dados aos filhos são nomes culturalmente aceites e socialmente conhecidos. A via xará tem sido a mais prestigiada. Por isso, normalmente,

os “filhos mucongos”, além do nome escolhido pelo gosto dos familiares, é acrescentado sempre um nome do xará.

3.3.1.1 A COMPOSIÇÃO DO NOME COMPLETO NA PROVÍNCIA UÍGE

O Artigo 1º- da Lei nº-10/77, de 9 de abril, introduziu algumas alterações ao Código Civil vigente, designadamente no respeitante à composição do nome dos cidadãos e ao número máximo de vocábulos permitidos, que foi fixado em seis. A prática vem, porém, demonstrar que tal alteração não é a que melhor se ajusta às especificidades da nossa realidade social; é aconselhável aumentar o limite máximo (cf. *Código Civil Angolano*, 2016).

Durante o diálogo realizado no dia 26 de agosto de 2016 com o Senhor Pascoal Dodão¹² sobre o nome e a sua importância na cultura Uigénse, o Senhor esclarece que:

- A atribuição do nome obedece à linhagem vertical directa que compreende as gerações do casal (pai e da mãe) como forma de fazer reemergir os nomes de família e, a estes associam-se os nomes da linhagem ou clã, os nomes das profissões, os adjetivos e, em certos casos, até os pronomes de tratamento: *Ndona* (Anciã); *Tata* (pai); *Lenda* (legítima); *Mbuta* (Mano); *Nkaka* (Avô); *Ndumba* (moça); *Toko* (jovem); etc.

Kukanda (2014), conhecedor da realidade da região e da província, apresenta dois momentos essenciais na “aplicação” do nome: o primeiro momento abrange a concertação e deliberação dos velhos da família. Para este autor, o recém-nascido recebe um nome provisório, “aplicado” pelos presentes ao nascer, de acordo com certos signos ou eventos observados naquele momento;— 2º momento: o nome que a criança recebe quando se torna adulto. A esse pode ser acrescentado um outro ligado seja à iniciação, seja à pertença a uma sociedade secreta. De uma forma ou outra, lembra-se que o nome do pai ou da mãe não se dá aos seus próprios filhos; dá-se o nome do avô, enquanto em Portugal, por exemplo, o apelido dá-se continuamente de pais para filhos.

¹² Professor e Soba da Zona nº 4 do *Bairro Candombe Velho* na Província do Uíge – Angola.

No *Código Civil Angolano*, a composição do nome, no *artigo 1º. Lei 10/85 de 19 de outubro*, está explícito:

1. Nome completo – é composto por cinco vocábulos gramaticais simples.
2. A lei não prevê os vocábulos gramaticais compostos – conjunto de palavras que contam como uma só, em que uma não faz sentido sem a outra ex.: Espírito Santo. Nestes casos contam-se dois apelidos.
 - Nome próprios – máximos dois vocábulos gramaticais simples.
 - Os apelidos podem ser, 3, ou 4 consoante o nome próprio tenha dois ou um.
3. Em casos devidamente justificados – devido à composição dos apelidos dos progenitores, o número máximo poderá ser de seis vocábulos, sendo sempre o máximo de dois vocábulos para o nome próprio. Por esta via, poderão colocar-se nomes com vocábulos gramaticais compostos.
4. Os nomes próprios ou pelo menos um deles será em língua nacional ou em Língua Portuguesa.
5. Os nomes próprios em outras línguas são admitidos nas suas formas originárias ou adaptadas.
6. Os apelidos são obrigatórios e escolhidos entre os apelidos dos progenitores paternos e maternos. Em caso de os progenitores não terem apelidos, o apelido será escolhido pelo declarante, de acordo com o funcionário perante quem for prestada a declaração.

O *Código Civil Angolano*, na *Seção II de Direitos de personalidade*, no *artigo 72º- do Direito* relata o seguinte:

1. Toda a pessoa tem direito a usar o seu nome, completo ou abreviado, e a opor-se a que outrem o use ilicitamente para sua identificação ou outros fins.
2. O titular do nome não pode, todavia, especialmente no exercício de quem tiver nome total ou parcialmente idêntico; nestes casos, o tribunal decretará as providências que, segundo o juiz de equidade, melhor conciliem os interesses em conflito.

No *artigo 73º* refere a legitimidade sobre as acções relativas à defesa do nome que podem ser exercidas não só pelo respetivo titular, como, depois da morte dele, pelas pessoas referidas no nº. 2 do *artigo 71º*. O *artigo 74º* sobre o pseudónimo refere que o pseudónimo, quando tenha notoriedade, goza de protecção.

3.3.1.2.1. O APELIDO OU SOBRENOME

Para José Leite de Vasconcellos (1928), o «apelido» é o nome que designa a família, transmitido sem alteração de geração para geração. Este costume teve início, em Portugal, nos séculos XV e XVI, sendo os apelidos provenientes da evolução de anteriores patronímicos, ou de nomes próprios, de nomes religiosos, geográficos, estrangeiros ou de alcunhas. Os apelidos passaram a ter uma função social e cultural, no âmbito de uma determinada comunidade; passaram também a ser instrumentos úteis para controlar a população e para definir os herdeiros legítimos de bens, ou seja, é um sistema que serve também interesses sócio-político-administrativos.

Na Antroponímia portuguesa ter o mesmo apelido também não é uma prova última de pertença à família. O que implica um apuramento da consanguinidade, no sistema cultural português.

Segundo José Leite de Vasconcellos (1928), há flexibilidade na escolha e no uso de apelidos na sociedade portuguesa; o autor refere que, no dia-a-dia, não faltam exemplos de adoção de apelidos provindos dos ancestrais e pessoas próximas como maridos, mulheres e amigos. Um indivíduo pode do mesmo modo tomar o apelido do padrinho ou de um protetor. Esta liberdade na escolha do apelido foi promovida por vários fatores e, envolvendo questões de gosto, o que não acontecia outrora.

Quanto aos conceitos fundamentais, interessará registar que José Leite de Vasconcellos (1928) considera «sobrenome» a segunda parte do nome completo normal, constituído por um patronímico, que é nome de pessoa (o pai), ou um nome de santo ou outro. Por sua vez, o «apelido» é o nome que designa a família, transmitido sem alteração de geração para geração. Associa-se aos apelidos provenientes da evolução de anteriores patronímicos, ou de nomes próprios, de nomes religiosos, geográficos, estrangeiros ou de alcunhas.

Na realidade angolana, a genealogia é matriarcal e os apelidos são perpetuados através do xará “Zina”, ou seja, a pessoa nomeada, algumas vezes, recebe o nome completo da pessoa homenageada, facto que não permite a distinção entre o detentor do nome e da pessoa que é nomeada. Nesta realidade cultural, os apelidos não diferem do nome, ou seja, a relação nome e apelido é isomórfica. Da mesma forma, os filhos da

mesma paternidade, não têm necessariamente os mesmos apelidos ou sobrenomes. O que quer dizer que a relação parental, não se define pelos apelidos.

Pensa-se que as dificuldades que foram registadas na diferenciação do apelido e do nome próprio, no questionário preenchido pela população alvo, tenha como causa a pouca importância que se tem dado aos apelidos. Como não bastasse, o facto foi registado também nas redes sociais, no caso do “Facebook”¹³, repetições dos apelidos no final dos mesmos. Desta maneira, questiona-se o que está na causa?

O questionário preenchido pelos alunos do I e II Ciclos do Ensino Secundário na Província, os dados quantitativamente recolhidos, demonstram que os estudantes têm dificuldades em perceber as diferenças entre o nome e o apelido.

3.3.3. A RELAÇÃO DO NOME PRÓPRIO E APELIDO

Os nomes são, antes de tudo, uma realidade linguística, mas são também uma realidade etnológica e psicossocial. Como afirma Kukanda (2014:5) «ninguém gosta do seu nome que seja mal pronunciado, mal escrito e mal interpretado», o que quer dizer, pronunciar bem ou escrever bem o antropónimo não só estamos a valorizar a pessoa, mas também a cultura do mesmo povo em geral.

De um modo geral, os antropónimos têm uma realidade histórica e, por isso, para conhecer e compreender a verdadeira situação dos nomes, em particular, é necessário que se conheçam os seus acontecimentos, atitudes que justificam as suas escolhas, usos, assim como aquilo que está subentendido nos mesmos.

O diálogo realizado com a Doneta *Matungunuka*¹⁴ sobre “*os nomes, a sua importância em Kikongo*”, no dia 29 de agosto de 2016, a anciã havia afirmado que, desde sempre o apelido teve uma importância na referida região e, como é comumente

¹³ Ver os anexos: -Os nomes e apelidos no Facebook.

¹⁴ Uma Anciã de 82 anos nasceu cresceu e vive na aldeia Lukoma Comuna de Pete Nkusso, Município de Damba Província do Uíge – Angola.

conhecido, as pessoas sempre tiveram como apelido o nome do pai ou de uma pessoa mais próxima da família. Ainda, se registava a situação de género onde, as meninas teriam nomes ligados a um parente do sexo feminino e os meninos ao do sexo masculino, mas hoje é frequente o uso dos apelidos dos avós de ambos os lados. A anciã refere, como exemplo o caso da “*Dona Laurinda*” que foi conhecido por “*Ngwa*”¹⁵ por ser xará da sua mãe e tinha sido registada outrora, com o mesmo atributo (Laurinda *Ngwa*) e, a partir do mesmo tem resultado nomes e apelidos da nova geração.

Chimbinda (2009) refere que na vida quotidiana, as pessoas observam as atitudes e os comportamentos uns dos outros. Do comportamento habitual de um indivíduo, as pessoas podem criar uma alcunha que descreve a personalidade. Tal alcunha é dada por outras pessoas. Por exemplo, alguém que tenha o nome de Marcelina é chamado de *Sita* (estéril) por não ter filhos; Isabel é chamada de *Ndombe* (escuro) por ter uma pele mais escura. João *Molo* (João preguiçoso) por não gostar de trabalhar, Pedro é chamado por *N`toto* (terra) por possuir terrenos ou quintas, etc.

As origens das alcunhas estão ligadas ao indivíduo. Ou seja, um antropónimo pode ganhar um novo significado (bom ou mau) devido às suas características, atitudes, hábitos, crenças.

A carência de bibliografia escrita e de outros documentos oficiais que possam esclarecer a diferença entre nome próprio e apelido tem constituído, até data, um problema para sua compreensão, mas a sociedade tende a acentuar a diferenciação do nome relativamente ao apelido, pois reconhece-se que o nome é um dos meios para identificar os indivíduos, enquanto o apelido, diferentemente do nome, tem como função singularizar o indivíduo.

Nos séculos passados, o critério para a sua atribuição variava de indivíduo para indivíduo e de contexto a contexto. No entanto, a lei da diferenciação entre o nome e apelido foi oficializado pelos portugueses, para quem o apelido serve para identificar a família nuclear e a genealogia retilínea de cada indivíduo.

¹⁵Ngwa – Mãe em Língua Kikongo

A partir do final do século passado, algumas famílias adotaram a prática ocidental do apelido. Para muitos agentes do registo, o importante é usar um dos elementos tirados do nome completo dos pais e colocá-lo no do filho. Não interessa se o tal nome é tirado do princípio, meio ou fim ou ainda de que língua. Nem sempre há homogeneidade sobre o lugar dos apelidos.

Em relação à extensão, na legitimidade dos nomes, Orlando Neves (S/d:4) esclarece que os limites legais tornaram-se mais amplos, sendo relativamente raras as proibições: «Daí que, com maior ou menor imaginação, singularidade, extravagância ou falta de senso das consequências para a vida social do nomeado, seja possível pôr numa criança o nome que se quiser. Com isto, ganhou-se liberdade e ter-se-á perdido a etimologia e o significado nos nomes mais modernos». Esta realidade tende a generalizar-se.

As Conservatórias rejeitam certos nomes que manifestam inadequação à luz da dignidade humana.

Portanto, falar do nome, é falar de uma palavra que designa seres ou coisas, estados ou ações, qualidades, linhagem, família, denominação. E o apelido para a realidade em causa é qualquer nome que aparece depois do primeiro do nome completo. Isto é, para os que possuem nomes completos formados por dois nomes. Para os que o seu nome é formado por mais de dois, só os dois primeiros serão considerados nomes próprios e os restantes são apelidos. Neste caso, podemos definir o apelido como qualquer atributo que se junta ao nome. Mas também, é considerado apelido o nome que todos os membros da família suportam no fim. Diferentemente da alcunha que é um nome que o próprio usuário escolhe e que, muitas vezes, é associado com qualidades morais ou física do indivíduo.

Portanto, por estas duas últimas razões, a alcunha é atribuído pelas pessoas mais próximas e na sua maior parte é amigos e colegas que no princípio, para algumas pessoas, é bem-vinda e para outras, constitui elemento de insulto, gozo.

Julgamos, por isso, ser necessário uma lei que regule o processo de nomeação, nos tempos actuais.

3.4. OS NOMES NA CONSERVATÓRIA DO REGISTO DO UÍGE

Um dado muito importante e particularmente constatado na Conservatória dos Registos da Província do Uíge é a necessidade de harmonização gráfica dos antropónimos.

Outra situação problemática é a falta de harmonização dos antropónimos derivados do processo de kikonguização e de aportuguesamento, ou da inculturação dos antropónimos derivados do cristianismo que foram adotados pelos autóctones.

Outros problemas são: a dificuldade de diferenciação dos apelidos dos nomes próprios, a situação de ambiguidade quando ao género em alguns antropónimos em língua Kikongo.

Parece-nos que esta problemática sobre os antropónimos na província do Uíge é demasiado extensa para uma dissertação; por isso, este estudo deveria culminar na elaboração de um *dicionário antroponímico ou onomástico da Língua Kikongo* e que possa ser enriquecido com a onomástica vinda de outras línguas vizinhas ou estrangeiras. Porém, registam-se já vários nomes de outras línguas.

Existem muitos erros ortográficos dos nomes na Língua Kikongo registados na Conservatória dos Registos do Uíge, considerados actualmente como variantes. A passagem do processo do registo manuscrito aos registos informatizados aumentou os erros. Os antropónimos da Língua Kikongo não estão ainda introduzidos no sistema informático. Assim, os funcionários com menos conhecimentos, algumas vezes, acabam por seleccionar a grafia errada.

LÍNGUA KIKONGO

3.4.1.1. FICHAS ANTROPONÍMICAS EM KIKONGO

NOME Registrado:	Bacula
Género:	Uniforme
Variante	Mbakula
Significado	Adivinhar
Motivação:	Não tem motivação
Harmonização gráfica	Bakula
Transcrição Fonética	[Ba:kula]

Ficha nº2

NOME Registrado:	Cacaladiambuco
Género:	Uniforme
Variante	Kacaladiambuco; Kacaladiambuco.
Significado	Não teve problemas
Motivação:	Filho que não teve problemas durante a concepção, nascimento e crescimento.
Harmonização gráfica	Kakaladyambuko
Transcrição Fonética	[kakaladya:ˈmbuko]

Ficha nº 3

NOME Registrado:	Dibanzilua
Género:	Uniforme
Variante	Dibangilua
Significado	Recordação de alguém que marcou a nossa vida
Motivação:	Nome atribuído como reconhecimento de alguém que perdemos.
Harmonização gráfica	Dibanzilu
Transcrição Fonética	[Diba: ˈnzilu]

Ficha nº 4

NOME Registrado:	Fuakuakanda
Género:	Fuacuakanda
Variante	Fwakwakanda
Significado	Destruição da linhagem, clã, família.
Motivação:	Surge quando há incestos e problemas familiares
Harmonização gráfica	Fwakwakanda
Transcrição Fonética	[Fwa:kwa:ka ˈnda]

Ficha nº 5

NOME Registrado:	Kadizeieko
Género:	Uniforme
Variante	Kadizeko
Significado	Não se responsabiliza
Motivação:	Surge nos casos em que os filhos não são assumidos pelos

	pais, ou seja, os filhos são rejeitados pelos pais.
Harmonização gráfica	Kadizeyeko
Transcrição Fonética	[Kadize:yeko]

Ficha nº 6

NOME Registrado:	Makondua
Género:	Masculino
Variante	Makoda; Macondua; Makondu
Significado	Falta de mais velho para resolver o problema familiar
Motivação:	Surge por ocasião em que os pais perderam ou carecem de um membro mais velho na família capaz de resolver o problema. Assim, o recém-nascido vem para ocupar a função do <i>mais velho</i> .
Harmonização gráfica	Makondwa
Transcrição Fonética	[Mako:ˈndua:]

Ficha nº 7

NOME Registrado:	Kasua
Género:	Uniforme
Variante	Kassua
Significado	Filho que nasce no 7º mês
Etimologia/Motivação:	Nascimento prematuro
Harmonização gráfica	Kaswa
Transcrição Fonética	[Kaswa:]

Ficha nº 8

NOME Registrado:	Nguinamau
Género:	Uniforme
Variante	Nguinamão
Significado	Os problemas estão comigo.
Etimologia/Motivação:	Surge quando uma pessoa teve vários problemas por causa da gravidez ou de outros problemas relacionados com a vida familiar.
Harmonização gráfica	Nginamau
Transcrição Fonética	[Ńinama:u]

Ficha nº9

NOME Registrado:	Diassonama
Género:	Uniforme
Variante	Diasonama
Significado	Está escrito
Etimologia/Motivação:	Surge quando uma pessoa teve situações muito marcantes durante a gravidez e que afectaram a sua vida.
Harmonização gráfica	Dyasonama
Transcrição Fonética	[Dya:so:nama]

Ficha nº 10

NOME Registrado:	Kimbanguia
Género:	Uniforme
Variante	Mbangui; Bangui; Kimbangui
Significado	Testemunha
Motivação:	Surge quando o cônjuge foi injuriado como “infértil” antes da concepção ou nascimento do filho.
Harmonização gráfica	Kimbangi
Transcrição Fonética	[Ki `mba: ģi]

As fichas dos antropónimos acima apresentadas apresentam algumas características e tipos de dificuldades registadas nas Conservatórias dos Registos da Comarca do Uíge.

Assim, estes antropónimos têm raízes culturais muito complexas na realidade presente. As equivalências apresentadas nas fichas são literais. Para além do significado denotativo, apresentam um significado conotativo, e, para quem não conhece a realidade cultural Bakongo, são um autêntico enigma.

Para além disso, um verdadeiro Mucongo, mesmo não dominando a língua Kikongo, reconhece-se pelo seu registo e, por vezes, pode sentir-se estrangeiro na sua própria terra, visto que as várias situações sociais são tratadas na língua local. É necessário também que se perceba as dificuldades existentes na própria língua da identidade.

Hoje, a maior parte da juventude já não se atreve em nomear o seu filho com o nome da língua nacional pelo facto de ser considerada língua dos velhos, dos atrasados, dos analfabetos, dificultando a fala, a escrita e a pronúncia das línguas europeias.

No entanto, constatamos o mau uso de antropónimos com origem em várias línguas, na Conservatória dos Registos do Uíge, como por exemplo: Ananilson, Betilson, William, Valdmár, Clinton, Yuri, Gelson, Ester, Adaiana, Vanilson, Josmar, etc. Este facto é uma prova de que o problema ultrapassa a língua Portuguesa.

Apesar da diversidade de opiniões sobre as interacções culturais, na Província do Uíge, é bom lembrarmo-nos que a lei angolana aprova as diferenças culturais e a necessidade de cada um escolher para os seus filhos os nomes que quiser, mas não diz que ter um nome em língua nacional (Kikongo) é despresticioso ou uma forma de estar longe da modernidade.

Registam-se novas tendências para o desenvolvimento das línguas que poderão contribuir para o desenvolvimento da realidade actual e para conservar a identidade cultural de um povo.

A sociedade reconhece que a lei estabelece normas que regulam o uso do antropónimo em língua portuguesa antes considerada “língua do colonizador”, “língua estrangeira”; hoje, é língua materna de muitos angolanos e sem esquecer que é a única língua de unidade nacional, oficial, de trabalho e da escolarização.

A realidade que Angola viveu durante a guerra civil, como se sabe, passou um longo período, o que fez com que muitos compatriotas se refugassem em vários pontos diferentes do país para salvaguardar o bem da vida e até à data não regressaram às terras das suas origens; em consequência destas migrações, os antropónimos de outras línguas de origem começaram a fazer parte do acervo da identidade cultural local.

4. CONCLUSÕES E CONSIDERAÇÕES FINAIS

O resultado da pesquisa realizada na Província do Uíge sobre o tema: *A Análise descritiva dos Antropónimos da Língua Kikongo*, sendo um estudo descritivo, concluímos que os aspectos sobre a antroponímia devem ser aprofundados, partindo da geopolítica da Província, passando pela geo-história, sociolinguística, antropologia e outros aspetos relacionados com a vida social e cultural da Província.

Constatou-se que a Língua Kikongo, na Província do Uíge, ostenta o estatuto de língua mais falada a seguir ao português, língua de trabalho e da escolaridade. Este facto, por um lado, demonstra a valorização da língua de identidade mas, por outro, tem dificultado muitos investigadores que não têm domínio da mesma língua.

A região carece de bibliografias para concretizar estes estudos.

O conceito de Antroponímia, para muitos, na Província, é ainda uma novidade. A realização de palestras, conferências sobre o tema, poderá despertar o valor deste estudo, como também despertar outros especialistas que têm interesse e vontade em estudar a Onomástica e as ciências afins.

Na Província, os antropónimos têm várias origens, como as circunstâncias do nascimento, as vicissitudes registadas pela família durante a gestação e as características apresentadas pelas crianças depois do nascimento até à adolescência. Como forma de conservar a linhagem ou o clã, os pais seguem a nomeação por via de xará, mas sem esquecer os aspectos da vida social que têm contribuído para a expansão da cultura. Porém, é um processo muito complexo.

O antropónimo, para este povo, serve como identidade, para diferenciar pessoas, para manter a unidade familiar e cultural, para garantir a cidadania e o resgate de valores. O significado do antropónimo nem sempre é baseado no significado literal que é atribuído socialmente; mas possui uma carga semântica diferente e, somente, é contextualizado pelos parentes.

Os apelidos são adotados de forma variada, a partir dos nomes dos avôs, dos pais, do xará, das crenças e de forma natural. A divergência dos nomes e apelidos deve-se, entre outros factores, à distorção da ortografia.

Apesar da existência da *Lei* sobre o uso dos nomes e apelidos, a maior parte dos nomes não se distingue dos apelidos, do mesmo modo, os apelidos não se distinguem dos nomes e vice-versa. Mas a sociedade reconhece que através dos nomes e dos apelidos consegue-se identificar vários aspetos da vida social e cultural.

Estamos convictos que o uso dos nomes e apelidos segundo os princípios de outras línguas deve-se aos constantes contactos com outras realidades culturais. Apesar de tudo, reconhece-se que o povo do Uíge tem contribuído para a emancipação e enriquecimento da cultura.

O desconhecimento da ortografia das línguas nacionais por parte de alguns funcionários nos serviços de Registos Cíveis e Serviços Notariais tem contribuído para a distorção dos nomes na Língua Kikongo. Associa-se a este facto, a falta de domínio da Língua Portuguesa, por parte dos pais e dos parentes e a falta do domínio do Kikongo, que deveria ser obrigatório, por parte dos funcionários dos Registos e Serviços Notariais, o que leva muitos pais a adaptarem-se à escolha dos nomes de outras línguas que os funcionários dominam.

A ocidentalização dos nomes desencadeados por alguns funcionários do Ministério da Justiça, em colaboração com alguns pais está a causar mudanças nos valores locais.

Assim, é necessário criar novas políticas, por exemplo, formar quadros e técnicos capazes de transmitir o conhecimento às novas gerações através do processo de ensino-aprendizagem em vários níveis de escolaridades. É importante criar instituições a nível local apetrechadas com meios e recursos eficazes, capazes de formar e informar a nova geração sobre o significado dos antropónimos em língua nacional, como símbolo de identidade cultural; o conhecimento da língua nacional local deve ser um dos requisitos para o ingresso na função pública.

Desejamos que se concretizem as políticas linguísticas sobre a implementação das línguas nacionais, contribuindo para a identidade cultural, visto que, a Língua Portuguesa não tem respondido a todas as necessidades, práticas sociais e situações historicamente reconhecidas. Contudo, a realização de palestras, conferências e simpósios na língua oficial e, em alguns casos, na língua local, poderá influenciar positivamente a compreensão do uso dos antropónimos das Línguas.

5. BIBLIOGRAFIA

5.1. GERAL

“Reflexões sobre a questão do nome próprio na Toponímia márcia zamariano” in *Cadernos de Letras da UFF – Dossiê: América Central e Caribe: múltiplos olhares*, nº 45, p. 351. Disponível em: www.cadernosdeletras.uff.br/joomla/images/stories/edicoes/45/diversa5.pdf.

ANANIAS, A.; ZAMARIANO, M. (2014) “Construção da identidade toponímica: os nomes dos municípios paranaenses”. *Revista Diadorim / Revista de Estudos Linguísticos e Literários do Programa de Pós-Graduação em Letras Vernáculas da Universidade Federal do Rio de Janeiro*. Volume 16. (45: 351-372).

ANTUNES, Carolina. (2006) “O dialecto rural não é mais aquele”. In: SEABRA, de M. C. T. Costa (org.). *O léxico em Estudo*. UFMG, Belo Horizonte.

AZEVEDO, Fernando; (2013) *Didáctica e Práticas – A língua e a educação literária*, Braga, Edição Opera Omnia.

BAUR, J. (1994) *2000 anos de Cristianismo em África. Uma história da Igreja africana*, Luanda, Ed. Paulinas.

BENVENISTE, Émile. (2005) *Problemas de Linguística Geral*, Campinas, SP: Pontes Editores, 5.ed., vol. I.

CARREIRA, António e QUINTINO, Fernando. (1964) *Antroponímia da Guiné Portuguesa*, Lisboa.

CARVALHINHOS, P. de Jesus (2007) “As origens dos nomes de pessoas”, *Domínios de Linguagem*. *Revista Eletrônica de Linguística* Ano 1, nº1 – 1º Semestre de 2007 – ISSN 1980-5799 Disponível em: www.seer.ufu.br/index.php/dominiosdelinguagem/article/download/11401/6686 consultado em 21 de 11 de 2016.

CASTRO, I. (1987) “Antroponímia em Portugal – A investigação antroponímica em Portugal”, in *Actes du 1er. Colloque du Dictionnaire Historique des Noms de Famille Romans* (Trèves, 1987), Tübingen, Max Niemeyer, 1990, pp.10-13].

CASTRO, I. (2011) *Introdução à História do Português*, Lisboa, Colibri.

CHICUNA, Alexandre Mavungo (2014) *Portuguesismos nas Línguas Bantu*. Lisboa, Colibri.

CHIMBINDA, F. (2009) *O Nome na Identidade Umbundu: Contributo Antropológico*. Huambo. ETU.

DICK, M. V. P.A, (1990) *A Motivação Toponímica e a realidade Brasileira*. Edição Arquivo do Estado. São Paulo.

ESTRELA, Edite. CORREIA-PINTO, J. David. (1988) *Guia Essencial da Língua Portuguesa para a Comunicação Social*. 2º Congresso Dos Jornalistas Portugueses.

FERNANDES, J e NTONDO, Zavoni (2002) *Angola: Povos e Línguas*. Nzila, Luanda, ed. 1ª edição.

FERNANDES, Xavier (1941-1943) *Topónimos e gentílicos*. Vol. I, Ed. Educação Nacional, Porto.

FREGE, G. (1978) “Sobre o Sentido e a Referência”. In: *Lógica e Filosofia da Linguagem*. São Paulo.

GOMES, Álvaro; (2006) *Ortografia para todos. Para (ensinar a) escrever sem erros*, Porto, Porto Editora, Edições Flumen.

GONÇALVES, P. (2012) “Lusofonia em Moçambique: com ou sem glotofagia?” Comunicação apresentada no *II Congresso Internacional de Linguística Histórica. Homenagem a Ataliba Teixeira de Castilho*. São Paulo.

GRAÇA, Adriana Silva. (2003) *Referência e denotação: um ensaio acerca do sentido e da referência de nomes e descrições*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian.

GUTHRIE, M. (1948) *The Classification of Bantu Languages*. Tese de doutoramento Oxford University Press.

HUARD, G. (2002) *Manual de terminologia* – Ministério de Obras Públicas dos Serviços Governamentais do Canadá.

IMBAMBA, J. M. (2010) *Uma Nova Cultura para Mulheres e Homens Novos Um projecto Filosófico para Angola do 3º Milénio à Luz da Filosofia de Battista Mondim*, 2ª Edição, Angola.

GASPARETTO, A. Junior (2013) *Onomástica - Toponímia e Antroponímia - InfoEscola* disponível em: www.infoescola.com/.../onomastica-toponimia-antroponimia/ Consultado no dia 31 de outubro de 2016.

KAMABAYA, M. (2011) *A contribuição de África para o progresso da humanidade. Uma abordagem antropológica*, Luanda, Ed. Mayamba.

KANDA, Almeida. (2005) *Sebenta de sociologia geral*, SEDIPU Editora, Uíje.

KI-ZERBO, J. (1972): *História de África Negra*, II vol. Viseu.

KUKANDA, V. (2014): *Uma Literatura Linguística do Nome “KimpaVita” Uíge. MweloWeto - Literatura, Linguística e Cultura Africana*. (Online). Disponível em: <https://mweloweto.com/tag/dro-vatomene-kukanda/> (Acedido em 21 outubro de 2016).

LARANJEIRA, P. (2005): *Língua e Literatura nos países Africanos de expressão Portuguesa*, Lisboa, Universidade Aberta.

LINO, Maria Teresa Rijo da Fonseca (1979) “Importância de uma Lexicologia Contrastiva”, *Letras Soltas I*, Universidade Nova de Lisboa, Lisboa.

LINO, Maria Teresa Rijo da Fonseca (1989) “A Língua Portuguesa. Língua das Ciências e das Técnicas”, *Actas do Colóquio Internacional da Língua Portuguesa, Que Futuro? Boletim da Sociedade da Língua Portuguesa*, Lisboa.

LINO, Maria Teresa Rijo da Fonseca (1994) “Bases de données textuelles et terminographiques”, *Revue Meta - Hommage à Bernard Quemada*, Montréal.

LINO, Maria Teresa Rijo da Fonseca (2001) “De la Néologie à la Lexicographie de Spécialité d’Apprentissage”, *Cahiers de Lexicologie*, n° 78, Paris, Champion ,p.139-145.

LINO, Maria Teresa Rijo da Fonseca (2003) (coordenação) *Mots et Lexiculture – Hommage à Robert Galisson*, Paris, Honoré-Champion.

LINO, Maria Teresa Rijo da Fonseca et alii (2007) « Rede de Neologia e Terminologia da Língua Portuguesa em situação de contacto de línguas», *Actas do Encontro da Associação das Universidades de Língua Portuguesa*, Praia, Cabo Verde.

LINO, Maria Teresa Rijo da Fonseca, CHICUNA, A., GRÔZ, A. P., MEDINA, D., (2010) “Neologia, Terminologia e Lexicultura. A Língua Portuguesa em contacto de línguas”, *Revista de Filologia e Linguística Portuguesa* 12 (2) Universidade de S. Paulo.

MANUEL, N. (2005) "As Línguas Nacionais no Sistema de Ensino", numa palestra realizada sob a égide do Centro Cultural Kilamba.

MARQUES, I. G., COSTA, A. etalli. (2009) *Metodologia do trabalho Científico, Saber – fazer da investigação para dissertações e teses*, 2ª Edição, Lisboa.

MARTINS, J. (2001) *Os Tutchokwe do Nordeste de Angola. Ministério da Ciência e da Tecnologia Instituto de Investigação Científica Tropical*, Lisboa.

MAURISCA, Francisco de Mata. (2002) *Considerações*, Edições – SEDIPU.

MINGAS, Amélia A., (2000): *Interferência do Kimbundu no Português Falado em Lwanda*, Luanda, Edições Chá de Caxinde.

MUACA, Eduardo André. (1999) *Breve História da Evangelização de Angola*. 2ªed. CEAST, Luanda.

MUDIAMBO, Quibongue, (2014): *Estudos Linguísticos sobre a Lexicologia e a Lexicografia de Aprendizagem (aplicados) ao Ensino da Língua Portuguesa*, Lisboa, Colibri.

NKONDO, Makuta, (2011a) *Os nomes ou cognomino kikongos*. Artigo publicado por Muana Damba activado 28 agosto 2011, 04:07am Etiquetas: #Vamos aprender Kikongo. Disponível em: muanadamba.over-blog.com/article-os-nomes-ou-cognominos-kikongos-82681091.h... Consultado no dia: 22 de janeiro de 2017.

NKONDO, Makutua (2011b). *A Juventude e a cultura -Angolense* Artigos 18 agosto 2011.Luanda - Disponível em: bantuekanda.blogspot.com/2013/08/a-crise-de-identidade-cultural-nos.html. Visitado no dia 19 de fevereiro de 2017.

NOGUEIRA, Rodrigo de Sá, (1952) *Temas de Linguística Banta, dos elementos prefixados bantu*, Lisboa.

OBENGA, Théophile, (1995) *Antigo Egito e África Negra: Um Manual do Aluno para o Estudo do Antigo Egito em Filosofia, Linguística e Relações de Gênero*, editado por Amon Saba SAAKANA, KarnakHouse, Londres.

PATRÍCIA de J. Carvalhinhos, (2007) “As origens dos nomes de pessoas” *Domínios de linguagem - Revista Eletrónica de Linguística ano 1*; nº1 Semestre de 2007 – ISSN 1980-5799.

QUIALA, Miguel, Barroso (2013) *Longoka Kikongo*. Mayamba Editora, 1ª Edição Luanda.

QUIPUNGO, José, (1987) *Teologia e Cultura Africana no Contexto Sócio-Político*, S. Paulo.

QUIVUNA, Manuel. (2007): *Introdução aos Estudos Linguísticos; Textos de apoio aos Estudantes do Curso de Licenciatura em Ensino da Língua Portuguesa*, ISCED, Uíje.

QUIVUNA, Manuel. (2014) *Lexicologia Aplicada ao Ensino do Léxico em Português Língua não Materna*; Lisboa, Colibri.

REDINHA, José (1962): *Distribuição Étnica de Angola*. Luanda, Edição do Centro de

Informação e Turismo de Angola.

REDINHA, José, (1975): *Distribuição Étnica de Angola*, 9ª ed., Edição Instituto de Investigação Científica de Angola, Luanda.

REIS, S. de Campos (2008): *“Abracadabra” A palavra nos Contos de fadas*- Universidade Federal de Pernambuco Centro de Artes Comunicação, Pós-Graduação em Letras Departamento de Letras – Orientadora: Professor Dra. Nelly Medeiros de Carvalho-Recife.

REIS, Vitorino (2006): *Sociolinguística: Dinâmica funcional VS problemas funcionais da língua*, Luanda, 1ª Edição, Editorial Nzila.

ROCHER, Guy. (1989) *Sociologia Geral*. Tradução: Ana Ravara – A Organização Social. Título Original: *Introduction à la Sociologie Générale*. Tradução, Editorial Presença, Lda., Lisboa.

SANTOS, M. (1998) *Cultura, Educação e Ensino em Angola*; Edição electrónica, Portugal.

SAUSSURE, Ferdinand. (1978) *Curso de Linguística Geral*. Publicações Dom Quixote, Lisboa.

SEABRA, M. Cândida T. C. (2004) *A formação e a fixação da língua portuguesa em Minas Gerais*. Belo Horizonte: FALE/UFMG, Tese de doutorado, inédita, 2 v. Disponível em: www.filologia.org.br/ileel/artigos/artigo_442.pdf Consultada: 16 outubro de 2016.

SERROTE, J. Major (2015) *Antroponímia da Língua Kimbundu em Malanje*. FSCHUL, Lisboa; Dissertação de Mestrado em Terminologia e Gestão da Informação de Especialidade sobre Orientadora: Professora Doutora Maria Teresa Rijo da Fonseca Lino.

SEVERO, Cristina; SITOE, Bento; PEDRO, José (2014) *Estão as Línguas Nacionais em perigo?* Lisboa, Escolar Editora.

SIMÕES, M. (2011) *Um Breve Estudo de Antroponímia Brasileira: Sobrenome Português*. MultiDeia, Curitiba.

SOUSA, F. (2012) *Etnografia de Angola – Entre a pesquisa e o desenvolvimento de Políticas culturais*, Luanda, Mayamba Editora.

VANSCONCELLOS, J. Leite de (1928) *Antroponímia Portuguesa: Tratado comparativo da origem, significação, classificação, e vida do conjunto dos nomes próprios, sobrenomes e apelidos, usados por nós desde a Idade-Média até hoje*. Imprensa Nacional, Lisboa.

VILELA, Mário (1979) *Estruturas Léxicas do Português* Coimbra, Almedina.

ZAU, Filipe (2009) *Educação em Angola – Novos trilhos para o Desenvolvimento -*, Movilivros, Luanda, Edição Porto.

5.2. GRAMÁTICAS E DICIONÁRIOS

AAVV., (1998) *Dicionário Universal da Língua Portuguesa*, 3ª edição, Texto Editora, Lisboa.

AAVV., (2000) *Dicionário de Metalinguagens de Didáctica*, Lisboa, Porto Editora.

ACADEMIA DAS CIÊNCIAS DE LISBOA (2001) *Dicionário da Língua Portuguesa Contemporânea*, Editorial Verbo, Lisboa.

CUNHA, Celso e CINTRA, Lindley (2013) *Nova Gramática do Português Contemporâneo*, Porto Editora, 20ª Edição.

MAIA, Pe. A. (2010) *Dicionário Complementar Português – Kimbundu – Kikongo (Línguas nativas do Centro e Norte de Angola)*.

NEVES, Orlando (S/D) *Dicionário de Nomes Próprios*; Editora Casa das Letras.

PINTO, José Manuel de Castro, LOPES, Maria do Céu Vieira. (2005) *Gramática do Português Moderno*, 6ª Edição, Lisboa.

TAVARES, J. (1915) *Gramática da língua do Congo (Kikongo) (Dialecto Kisolohgo)* Angola - Coando.

5.3. DOCUMENTOS

Código Civil Angolano (2016). *Artigo 70º tutela Geral de personalidade*, Luanda, Colecção legislação Angola.

Declaração Universal dos Direitos Linguísticos (2017) disponível em: www.penclubportugues.org/?page_id=213 visitado: 22 de fevereiro de 2017.

Declaração Universal dos Direitos Linguísticos da ONU. 1996. No seu artigo 1º, alínea INE - Instituto Nacional de Estatística de Angola (2011). *Principais Indicadores de Angola por Província*, Barcelona.

Diário da República. I Série. N.º 84. Lei N.º 10/85, de 19 de outubro.

Diário da República. I Série. N.º 23. Assembleia Nacional. *Constituição da República de Angola*. 5 de fevereiro de 2010.

Governo Provincial do Uíge. (2012): *Plano de Desenvolvimento Provincial do Uíge 2013-2015*, Uíge.

INE, (2014): *Resultados preliminares recenseamento geral da população e habitação*. Luanda- Angola.

INIDE (2011) – Instituto Nacional de Investigação e Desenvolvimento da Educação. *Educação: Sete Línguas Nacionais Entram em Consolidação no Ensino este Ano*.

RIBEIRO, J. & CARVALHO, V. (2009) *Jornal de Angola*; 03 de outubro 2016